



EDILENE TRIGUEIRO MENDONÇA

**CIDADE DE GOIÁS, PATRIMÔNIO HISTÓRICO E O
DESENVOLVIMENTO LOCAL: UMA ANÁLISE DOS IMPACTOS DO
FESTIVAL INTERNACIONAL DE CINEMA E VÍDEO AMBIENTAL –
FICA.**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**

**Goiânia
2009**

EDILENE TRIGUEIRO MENDONÇA

CIDADE DE GOIÁS, PATRIMÔNIO HISTÓRICO E O
DESENVOLVIMENTO LOCAL: UMA ANÁLISE DOS IMPACTOS DO
FESTIVAL INTERNACIONAL DE CINEMA E VÍDEO AMBIENTAL –
FICA.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação
do Mestrado de Planejamento e Desenvolvimento
Territorial da Pontifícia Universidade Católica de Goiás
para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Ycarim Melgaço Barbosa

Goiânia
2009

FOLHA DE APROVAÇÃO

EDILENE TRIGUEIRO MENDONÇA

**CIDADE DE GOIÁS, PATRIMÔNIO HISTÓRICO E O
DESENVOLVIMENTO LOCAL: UMA ANÁLISE DOS IMPACTOS DO
FESTIVAL INTERNACIONAL DE CINEMA E VÍDEO AMBIENTAL -
FICA.**

APROVADA EM: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

**Prof. Dr. Ycarim Melgaço Barbosa
(Presidente)**

**Profª Dr. Antônio Pasqualetto
(Membro)**

**Prof. Dr. Itamar Pereira de Oliveira
(Membro)**

Aos meus pais Edson Trigueiro e Terezinha Trigueiro, que sempre me motivaram a concluir este Mestrado. A minha filha Júlia Marina que soube compreender minha ausência. E em especial minha estimada Vovó Senhorinda Moreira Mendonça, por toda dedicação durante toda minha vida escolar.

AGRADECIMENTOS

À minha “Vózinha” Senhorinda, pela dedicação que sempre dedicou a mim e a minha Filha.

Ao orientador Profº. Dr. Ycarim Melgaço Barbosa, pela competência e dedicação durante as orientações.

Aos meus Pais, pelo apoio e incentivo no desenvolvimento desta pesquisa.

À minha amada irmã Edivânia Trigueiro, pelo incentivo e presença durante todas as fases desta pesquisa.

A minha filha Júlia Marina, que soube compreender os momentos de minha ausência.

Aos Professores do Mestrado de Desenvolvimento e Planejamento Territorial pela competência e paciência que dedicaram a mim durante as aulas ministradas.

Ao coordenador do MDPT, Profº. Drº. Aristides Moysés, pelas contribuições dadas durante as aulas e desenvolvimento desta pesquisa.

Ao professor Drº. Antônio Pasqualetto, pelas sugestões de melhoria para esta pesquisa.

Por fim, meus agradecimentos a todos que colaboraram para o desenvolvimento desta pesquisa.

EPÍGRAFE

"Muitas pessoas devem a grandeza de suas vidas aos obstáculos que tiveram que vencer".

Spurgeon

RESUMO

Este estudo busca analisar o Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (FICA), especificamente os impactos sócio-ambientais dele advindos para a comunidade local da Cidade de Goiás, sede do evento. Embora se compreenda que o FICA objetive discutir o desenvolvimento sustentável, buscando reforçar a consciência para melhor relação homem/natureza, verifica-se ser de importância fundamental que o seu planejamento e realização, uma vez que o mesmo traz grande movimentação ao município, demonstre preocupação com a preservação do meio ambiente, e dos bens culturais, pelos quais se concedeu à cidade o título de patrimônio cultural da humanidade. Do ponto de vista da sustentabilidade ambiental, a pesquisa busca identificar se o desenvolvimento local pauta-se em um turismo sustentável, considerando-se que a região representa grande atratividade turística no Estado, em especial, quando da realização do evento. A verificação do fenômeno turístico proporcionado pela realização do FICA oportunizou a elaboração de um diagnóstico da atual situação. Nesse procedimento foram identificados problemas de gestão, evidenciando a necessidade de se avaliar a conduta de planejamento e realização do Festival, bem como o envolvimento local para se configurar um desenvolvimento sustentável eficiente.

Palavras-Chave: impactos ambientais, planejamento, turismo sustentável, cidade de Goiás, festival Internacional de cinema e vídeo ambiental.

ABSTRACT

This study analyzes the International Festival of Movies and Environmental Video, in special time the partner-environmental impacts, of him advindos, for the local community of the City of Goiás, headquarters of the event. Although it is understood that is it aims at him/it to discuss the maintainable development, looking for to reinforce the conscience for better relationship man/nature, it is verified to be of essential importance that the planning and accomplishment of the event, once the same brings great movement to the municipal district, demonstrate concern with the preservation of the environment, and of the cultural goods, for the which it was granted to the city the title of the humanity's cultural patrimony. Of the point of view of the environmental sustentabilidade, the research search to identify the local development it is ruled in a maintainable tourism, being considered that the area represents great tourist attractiveness in the State, especially, when of the accomplishment of the event. The verification of the proportionate tourist phenomenon for the accomplishment of the it is oportunizou the elaboration of a diagnosis of the current situation. In that procedure they were identified administration problems, evidencing the need to evaluate the planning conduct and accomplishment of that event as well as the local involvement to configure an efficient maintainable development.

Word-key: environmental impacts, planning, maintainable tourism, city of Goiás, International festival of movies and environmental video.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Localização de Goiânia e da cidade de Goiás.....	14
Figura 2	Vista aérea da cidade de Goiás.....	15
Figura 3	Palácio Conde dos Arcos.....	17
Figura 4	Vista da Igreja de Santa Bárbara.....	18
Figura 5	Semana Santa: procissão do Fogaréu.....	20
Figura 6	Atrativos naturais inventariados na Cidade de Goiás.....	21
Figura 7	Comércio Local da Cidade de Goiás.	24
Figura 8	Artesanato no comércio da cidade de Goiás.....	24
Figura 9	Comércio Local voltado para o turismo.....	25
Figura 10	Visão noturna do Patrimônio histórico.....	29
Figura 11	Ruas típicas e casas coloridas.....	30
Figura 12	Movimentação do comércio da cidade.....	30
Figura 13	Parque Estadual da Serra Dourada.....	37
Figura 14	Problemas nas ruas do centro Histórico, devido ao excesso de carga.....	41
Figura 15	Cine Teatro São Joaquim.....	48
Figura 16	Diocese de Goiás – Local de exibição de documentários XI Fica.....	49
Figura 17	Praça Beira-Rio Local de Shows Artísticos no FICA.....	51
Figura 18	Praça de Eventos Beira-Rio.....	51
Figura 19	Sexo e estado civil dos entrevistados.....	58
Figura 20	Idade dos entrevistados.....	58
Figura 21	Grau de Instrução dos entrevistados.....	59
Figura 22	Planejamento na a realização do FICA.....	59
Figura 23	Estrutura para receber os turistas.....	60
Figura 24	Maior atratividade durante o evento.....	60
Figura 25	Orientação sobre Educação Ambiental.....	61
Figura 26	Impactos negativos do Fica.....	62
Figura 27	Benefícios do Festival para a Cidade.....	62
Figura 28	Coleta de lixo durante o FICA.....	63
Figura 29	Moradores da Cidade de Goiás.....	63
Figura 30	Planejamento e preservação do Meio-Ambiente.....	64
Figura 31	Participação local no Planejamento do FICA.....	64
Figura 32	Participação local na realização do FICA.....	65
Figura 33	Impactos socioambientais na realização do FICA.....	66
Figura 34	Comportamento dos turistas.....	66
Figura 35	Funcionamento da Coleta de Lixo durante o Fica.....	67
Figura 36	Conscientização ambiental.....	67

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	09
INTRODUÇÃO	11
1. CIDADE DE GOIÁS	Erro! Indicador não definido.
1.1 Aspectos Físicos e Demográficos.....	Erro! Indicador não definido.
1.2 Histórico da Cidade de Goiás	Erro! Indicador não definido.
1.3 Urbanização e Formação da Estrutura Econômica	Erro! Indicador não definido.
1.4 Patrimônio Histórico Cultural da Humanidade	Erro! Indicador não definido.
1.4.1 Processo Legal do Tombamento	Erro! Indicador não definido.
1.5 Certificação de Patrimônio da Humanidade e Planejamento Turístico	Erro! Indicador não definido.
2. FATORES DE DESENVOLVIMENTO DA CIDADE DE GOIÁS: O TURISMO E O FESTIVAL DE CINEMA E VIDEO AMBIENTAL (FICA)	Erro! Indicador não definido.
2.1 Turismo na Cidade de Goiás	Erro! Indicador não definido.
2.2 caracterização do perfil do turista	Erro! Indicador não definido.
2.3 Impactos sócio-ambientais e o turismo.....	Erro! Indicador não definido.
2.4 O desafio do Turismo Sustentável.....	Erro! Indicador não definido.
3. O FICA – FESTIVAL INTERNACIONAL DE CINEMA E VÍDEO AMBIENTAL NA CIDADE DE GOIÁS	Erro! Indicador não definido.
3.1 Contribuições do Festival de Cinema e Vídeo Ambiental para o município	Erro! Indicador não definido.
3.2 O FICA sob o olhar de Turistas e Moradores da Localidade	Erro! Indicador não definido.
3.3 Análise de Dados.....	Erro! Indicador não definido.
4. Considerações Finais.....	Erro! Indicador não definido.
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	Erro! Indicador não definido.

INTRODUÇÃO

Nota-se estarem cada vez mais presentes as discussões que envolvem a preocupação com o meio ambiente, inserindo-se nesse contexto as relações entre a atividade turística e as questões ambientais, bem como os impactos e efeitos conseqüentes pelo mau planejamento destas atividades, quando da utilização do patrimônio natural e cultural construído para fins inomináveis, cujos reflexos também é notado na sociedade que circunda tal patrimônio.

Para Kotler (1995), em um mercado globalizado e altamente competitivo, o desafio de uma localidade é planejar-se como um sistema em atividades, a fim de assimilar ameaças e adaptar-se rápida e eficientemente a novas oportunidades. Neste sentido, o deixar de planejar é suicídio para as organizações envolvidas no turismo.

Nessa perspectiva, o planejamento turístico deve ser direcionado obedecendo a princípios ambientalistas que devem assegurar garantia de sobrevivência à sociedade, sem que a mesma exceda a capacidade de seu meio ambiente, pois dele precisa para prover seus recursos, dentro de um contexto econômico que promova o desenvolvimento social. Dessa forma, a proteção do meio ambiente e a qualidade de vida da população devem ser os principais objetivos de qualquer política de planejamento, e neste princípio surge o conceito de capacidade ambiental, cujas raízes estão nas ciências naturais, especificamente, na ecologia e no conceito de capacidade de carga.

Sabe-se que o meio ambiente tem um limite de tolerância à atividade humana, e quando este é ultrapassado, passa a sofrer danos. Utiliza-se, portanto, o termo 'sustentável' para expressar a idéia de que a sociedade humana precisa viver dentro dos limites determinados pela natureza, sem prejuízo do meio ambiente. No contexto do planejamento, significa dizer que o desenvolvimento sustentável deve ser direcionado para não exceder a capacidade do meio ambiente, a fim de se evitar o esgotamento e destruição do mesmo.

Nesta perspectiva, tem-se incentivado a realização de encontros, fóruns, conferências e festivais, ocasiões em que se divulga uma previsão pouco animadora sobre o futuro ambiental do planeta. Em conseqüência disso, filmes, documentários, livros e eventos internacionais têm sido produzidos, focalizando-se a questão

questão ambiental na tentativa de conscientizar, prevenir e evitar impactos negativos ao meio ambiente. Todavia, observa-se que, devido a um planejamento ineficiente, esses próprios eventos podem configurar os principais causadores de impactos ambientais.

Devido à certificação e ao Evento Fica, a cidade de Goiás recebe grande quantidade de turistas, além de equipamentos e afins. Neste contexto, a presente pesquisa se propõe a tecer uma análise sobre a importância do mesmo para o desenvolvimento local, problematizando o planejamento turístico e analisando os impactos estruturais e ambientais promovidos pela recepção, na cidade, de um evento de grande porte como o FICA.

Embora se compreenda que o FICA objetive discutir o desenvolvimento sustentável, buscando reforçar a consciência para melhor relação homem/natureza, faz-se necessário um planejamento criterioso deste evento, uma vez que o mesmo recebe uma demanda populacional considerável no centro histórico e extrapola a capacidade de carga, podendo comprometer e gerar impactos ambientais muito sérios, uma vez que o conjunto arquitetônico é frágil para comportar tal contingente de pessoas.

Estudos comprovam que os impactos diretos e indiretos sobre a biodiversidade, resultantes da crescente ocupação humana, além da visível degradação de ambientes naturais (GASTAL, 2002) remetem à grande perda nos serviços ambientais, dos quais as sociedades são altamente dependentes. Dessa forma, mudanças efetivas tornam-se essenciais para a redução dos impactos causados no meio ambiente. Para isto se requer ações locais e mais gerais, criação de grandes projetos e atividades, abordagem econômica e cultural, todos possíveis mediante práticas de educação ambiental (RUSCHEINSKY, 2002).

A escolha temática se justifica diante da importância que a referida região exerce para a história do Brasil, destacando-se no cenário econômico de Goiás devido ao seu crescimento no potencial turístico, além das riquezas naturais. Salienta-se, ainda, a importância da preservação do patrimônio cultural como forma de garantir a sobrevivência social dos indivíduos à medida em que este patrimônio é produto e testemunho das várias formas de vida, costumes, tradições e visões de mundo. A manutenção dessas memórias possibilita a criação de identidades

culturais pelos diferentes agentes sociais do país, que as constroem e reconstroem ao longo dos tempos através de novas representações e sentidos.

Ademais, este estudo busca evidenciar que no contexto atual da economia o turismo se depara com duas possibilidades distintas: promover-se como uma proposta econômica de inclusão social e contribuir com novas perspectivas de valorização da vida, do usufruto de produtos culturais e de distribuição de renda ou associar-se a uma economia de mercado que exclui parcelas significativas da população do crescimento econômico e social, sem qualquer preocupação com a sustentabilidade.

Nesse sentido, esta pesquisa objetiva tecer uma análise sobre os impactos sócio-ambientais advindos da realização do FICA na cidade de Goiás, Patrimônio Histórico Cultural, e os reflexos provocados por este evento no desenvolvimento local, uma vez que o turismo nesse município tem aumentado nos últimos anos, principalmente no período em que ocorre o festival.

O procedimento metodológico para a realização deste trabalho pautou-se em pesquisa exploratória e estudo descritivo, em que mediante questionário elaborado com perguntas abertas, fechadas e de múltipla escolha, em anexo, procedeu-se à entrevista com 07 (sete) turistas participantes do Festival e 02 (dois) moradores, escolhidos aleatoriamente, a fim de efetivar a aplicação da tese em questão.

Desse modo, o estudo se divide em dois capítulos, sendo o capítulo 1 composto de dados referentes à Cidade de Goiás, tais como: Aspectos físicos e Demográficos, Histórico, Formação Econômica e Cultural, Institucionalização de Tombamento, Certificação da Cidade como Patrimônio Histórico Cultural e Planejamento Turístico.

O capítulo 2 refere-se aos fatores de desenvolvimento do município, a saber: o Turismo e o Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (FICA). Apresentam-se neste contexto concepções de turismo, o perfil do turista da cidade e o turismo sustentável.

No capítulo 3, elabora-se uma análise da relação de Certificação da Cidade de Goiás como patrimônio Histórico e a realização do FICA, analisando - sob o olhar de turistas e moradores locais - as contribuições e implicações advindas desse evento para o desenvolvimento do município.

1. CIDADE DE GOIÁS

1.1 Aspectos Físicos e Demográficos

A cidade de Goiás (Figura 1) localiza-se a 135 Km a noroeste de Goiânia, capital do Estado de Goiás e a 335 Km de Brasília, capital político administrativa do Brasil. Limita-se geograficamente com os municípios de Buriti de Goiás, Faina, Guaraíta, Heitoraiá, Itaberaí, Itapuranga, Matrinchã, Mossâmedes e Novo Brasil (Figura 1)

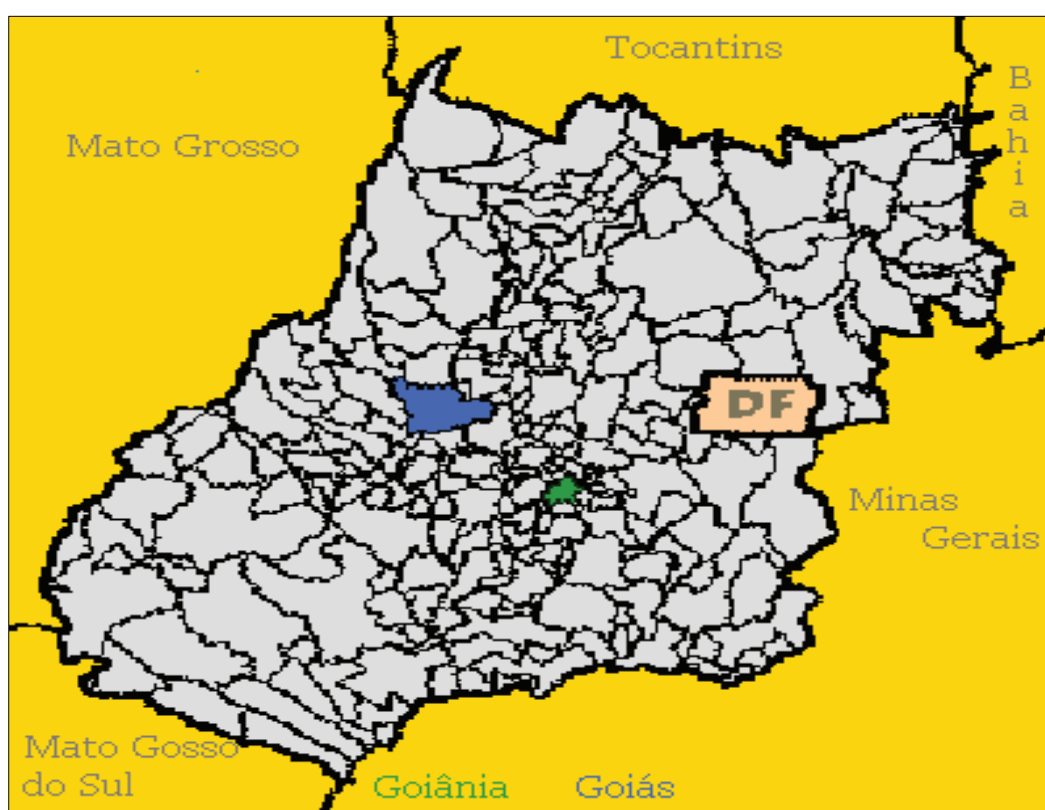


Figura 1 - Localização de Goiânia e da cidade de Goiás

Fonte: <http://images.google.com.br/>

A região é pouco povoada, com uma densidade demográfica em torno de 8,72 hab/Km², clima tropical úmido, com temperaturas variando entre 35°C e 15°C. Tem como economia a agropecuária e o turismo. Dados preliminares do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2009) apontam que o município apresenta uma população estimada em 24.493 habitantes, sendo a maior parte desse contingente residente da área urbana.

O município é banhado pelo Rio Vermelho e seus afluentes - os córregos

Manoel Gomes e Prata - além dos ribeirões Bacalhau e Sota, pertencentes à bacia do Araguaia e Tocantins. Quatro rodovias atravessam seu território, indispensáveis para o tráfego de pessoas e de mercadorias e para o deslocamento e acesso de turistas à cidade.

Com uma flora rica e variada, a região apresenta predominantemente o cerrado como vegetação, bioma que apresenta espécies diversas que vão desde árvores ornamentais (ipê do cerrado), arbustos (flor do cerrado), palmeiras nativas, a exemplo de macaúbas e buriti, vegetais que permeiam a composição da culinária goiana, a exemplo do pequi e guariroba e ervas medicinais como arnica e sucupira, além de uma infinidade de outras espécies (Figura 2).



Figura 2 - Vista aérea da cidade de Goiás

Fonte: <http://images.google.com.br/>

A esse respeito, Saint-Hilaire assim escreveu quando viajou por Goiás no final do século XVIII e início do século XIX (1779-1853):

As matas que atravessei na Província de Goiás, embora não percam inteiramente as folhas durante as secas, como as das caatingas [...] em nada se assemelham às florestas virgens do Rio de Janeiro [...] não obstante, há nelas belas árvores, que merecem nossa admiração. É bem verdade que se acham isoladas uma das outras, mas os intervalos entre elas são preenchidos por grandes arbustos, agrupados compactamente e de copas entrelaçadas [...] ora vêem-se pequenas moitas de bambu, de hastes delgadas e flexíveis, ora diversos tipos de

palmeiras, que dão variedade à densa vegetação que os cerca [...] mesmo quando o capim dos pastos se torna ressequido pelo ardor do sol, sempre se encontra nos brejos um tapete de verdura e até mesmo flores. Ali, ergue-se altivamente o elegante buriti, cuja imponente imobilidade tão bem se harmoniza com a calma daquelas solidões (SAINT-HILAIRE, 1975, p.38).

Desse modo, a rápida observação de Saint-Hilaire sobre o calor reinante nessa área remete ao clima, pois a vegetação é apresentada como reflexo das condições climáticas.

1.2 Histórico da Cidade de Goiás

Acredita-se que o primeiro bandeirante a penetrar o território do Estado de Goiás foi Manoel Correia, em 1647. Em seu regresso, deixou um roteiro que serviu de guia ao bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva, o anhangüera.

Acredita-se que o Anhangüera foi o último dos grandes bandeirantes a desvendar os caminhos para o oeste tornando conhecido o alto sertão brasileiro. Segundo Monteiro (1983, p. 35) tendo em mãos o roteiro de Manoel Corrêa esse primeiro devassador das terras dos Guaiazes resolveu vir em busca das riquezas que se dizia haver em grande quantidade na região. Desse modo, chefou uma expedição, no período entre 1682 e 1684, e desmatando o sertão chegou em Goyaz.

Importa ressaltar que as expedições de bandeiras que vinham a Goiás saíam de São Paulo em busca de índios, cada vez mais escassos em consequência da exploração excessiva, levada a cabo pelos portugueses. Com freqüência, os bandeirantes chegavam ao extremo norte de Goiás em canoas, seguindo cursos dos rios Paranaíba, Tocantins e Araguaia. Outro tipo de expedição era a dos jesuítas que desciam do Pará em busca de índios para segurança da conquista do território. Embora constantemente presentes em Goiás os integrantes dessas expedições não se fixavam na região, dificultando a criação de povoações (GOMES, 1974, p.62).

Porém, em 1722, Bartolomeu Bueno da Silva Filho, filho do Anhangüera, organizou uma bandeira para procurar ouro e retornou ao sertão, estabelecendo no ano de 1725 os primeiros arraiais no atual Estado de Goiás, entre eles o arraial de Sant'Anna (hoje cidade de Goiás) fundado em 1727 e elevado à freguesia em 1729, considerado o centro das transações e movimentações das minas da região

(CHAIM, 1987, p. 27). Nesse sentido, observa-se na obra de Coelho uma referência relevante que contextualiza a elevação do Arraial de Sant'Anna à Vila:

Em 1736, a necessidade de um maior controle na cobrança de impostos, de uma fiscalização maior com relação ao contrabando, além de defesa e posse do território nas disputas com a colonização espanhola, levou o rei de Portugal, através de Carta Régia, a determinar a fundação de uma vila destinada a sediar a administração de uma nova Capitania, a das minas de Goiás, a ser desmembrada de São Paulo (COELHO, 1999, p. 13).

Assim, em 25 de julho de 1739, surge Vila Boa de Goiás e dá início a um novo estágio na evolução urbana e na consolidação do traçado urbano do município, especialmente a partir da construção de obras relevantes como a Capela de Sant'Anna (1727) e a Igreja Nossa Senhora do Rosário (1734), sendo elevada à capitania geral em 8 de novembro de 1749, quando se separou da capitania de São Paulo, época em que o primeiro governador (o Capitão General Dom Marcos de Noronha, conhecido como Conde dos Arcos) tomou posse na província.

Na época, tomaram-se providências para a construção dos primeiros prédios públicos na tentativa de se criar condições de abrigar a administração local. Assim, foram edificadas, por exemplo, a Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte e o Palácio Conde dos Arcos — este construído entre 1735 e 1759.



Figura 3 - Palácio Conde dos Arcos

Fonte: Mendonça, 2009.

A partir de então, o espaço urbano expandiu-se e se firmou tendo diversas obras realizadas, tais como: Casa de Fundição do Ouro (1750), Quartel da Tropa da Linha (1751), Palácio Conde dos Arcos (1755), Igreja São Francisco de Paula (1761), Casa de Câmara e Cadeia Pública (1761), Chafariz da Carioca (1772), Chafariz da Cauda da Boa Morte (1778), Igreja Nossa Senhora da Boa Morte (1779), Ermida de Santa Bárbara (1780), Igreja de Nossa Senhora do Carmo (1786), Igreja de Nossa Senhora D'Abadia (1790), Igreja de Nossa Senhora da Lapa (1796), esta foi levada pela enchente em 1839. De modo que, a partir de 1760, observa-se consideráveis melhorias no núcleo urbano de Vila Boa com a construção de edifícios, principalmente no final do século XVIII, período que coincide com a escassez do ouro na região.

A vila tornou-se cidade em 17 de setembro de 1818, por meio da carta Régia de Dom João VI, recebendo o nome de Cidade de Goiás, mas a publicação no Correio Oficial só aconteceu exatamente um século depois, em 17 de setembro de 1918, quando também se intitulou como capital do Estado, permanecendo como tal até 1937, quando se efetivou a mudança da sede do governo para Goiânia.

Assim, a antiga capital teve seu tombamento na década de 1950 em reconhecimento do seu grande patrimônio cultural e desde então, tem preservado a singularidade de sua arquitetura e dos traços do período colonial.

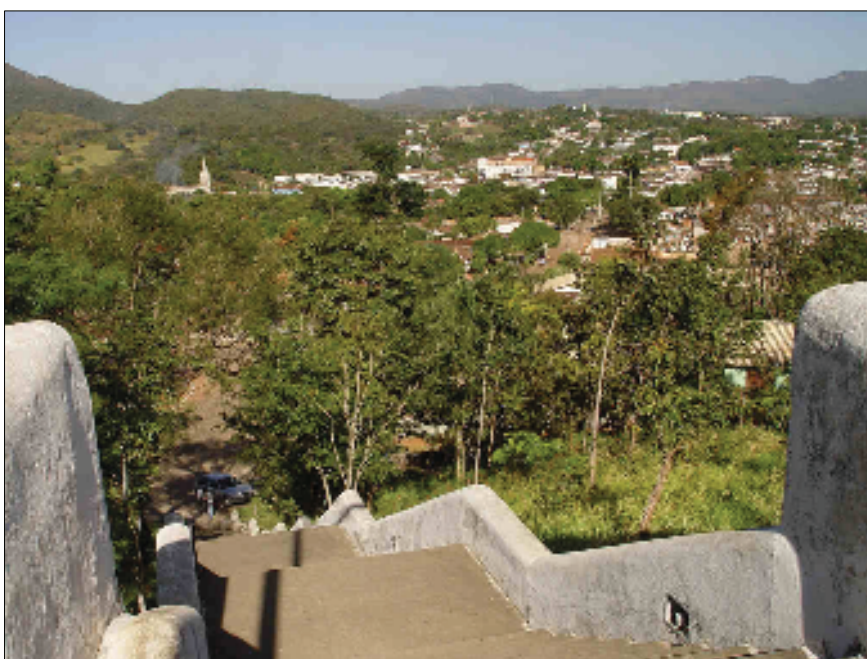


Figura 4 - Vista da Igreja de Santa Bárbara.
Fonte: <http://images.google.com.br/2009>.

Essa breve abordagem a respeito do patrimônio construído mostra a preocupação com ordenamento do território. Colaboram com esta afirmativa as palavras de Coelho (1999, p. 20):

[...] a partir da implantação da vila, com a demarcação do espaço da praça, com seus principais edifícios e pelourinho, percebe-se uma constante preocupação por parte dos administradores no sentido de se manterem ordem e regularidade na conformação urbana desse núcleo [...] Entretanto, a tentativa mais contundente no sentido de definir o traçado e a conformação da capital goiana vai acontecer em 1782, sob a orientação do governador Luiz da Cunha Menezes. Elaborou-se um plano de expansão da vila, em que se definiam regras para novas construções urbanas e mesmo para as possíveis obras de reforma e manutenção.

Assim, em 26 de julho de 1961, o governador do Estado, Mauro Borges, assina o decreto que transforma o Palácio Conde dos Arcos em monumento histórico e residência de inverno dos governadores, estabelecendo que a partir daquele ano a cidade estaria sob proteção especial do governo, mediante a lei nº 3.635, e que em seu aniversário – comemorado em 25 de julho - todos os governadores despachariam o expediente do governo na Cidade de Goiás, decreto que até hoje é obedecido.

O calendário anual de eventos turísticos do município tem seu apogeu na Semana Santa, quando se celebra a Procissão do Fogaréu. A festa mistura religiosidade e folclore, uma tradição que se mantém há mais de dois séculos. Cerca de 15 mil pessoas participa dessa festividade, tradicional manifestação católica realizada desde o século 18 na cidade de Goiás. O evento simboliza a busca e a prisão de Jesus em Jerusalém. Segundo a tradição, após a realização de uma missa, apagam-se as luzes do centro histórico da cidade e a multidão, portando tochas, inicia a caminhada ao som de coros e tambores na companhia dos "farricocos" - homens encapuzados que representam os penitentes e mantenedores da ordem. O evento atrai a atenção do País (DIÁRIO VILABOENSE, 2009).



Figura 5 – Semana Santa: procissão do Fogaréu.
Fonte: diariovilaboense.com.br/ 2009.

Outras Festas Culturais e Religiosas são realizadas na cidade de Goiás, entre elas cita-se: Folia de Santo Reis (em Janeiro); Semana dos Passos, Semana das Dores e Domingo de Páscoa (em Abril); Festa de Santa Rita (Maio); Festa do Divino Espírito Santo (Junho) Festa de Sant’Ana, padroeira da cidade (Julho).

Soma-se a essa infinidade de atratividades os atrativos naturais, configurados como um dos maiores responsáveis pela demanda turística na região, conforme Figura 6.

Atrativos naturais inventariados na Cidade de Goiás	
ÁGUAS	
Recanto do sonho Cachoeira da andorinha Balneário Santo Antonio Ponte velha do rio Bagagem Cachoeira do Bagagem Colônia de uva Poço rico Poço redondo Pesqueiro de Buenolândia Estância Hidrotermal Poço de Pilão Sossego Sota	Bacalhau Clube da carioca Associação Atlética Banco do Brasil Cachoeira Grande Fazenda Santo Antonio Cachoeira do Bacalhau Rio Índia / D. Sebastiana Paraíso Cachoeira do inferno Clube Serra Dourada Bica do Carreiro Paraíso II Balneário Sucuri
MIRANTES	
Átrio da Igreja de Santa Bárbara Serra Dourada	Mirante do Cruzeiro Cachoeira do Cascavel

Figura 6 - Atrativos naturais inventariados na Cidade de Goiás.
Fonte: Inventário do Município de Goiás, Grupo Nativa em 2000.

1.3 Urbanização e Formação da Estrutura Econômica

Devido à ocupação dos bandeirantes, em busca de ouro aluvião às margens do rio Vermelho, nasce em 1736 o Arraial de Sant'Ana, hoje Cidade de Goiás. A História atesta que o ouro, ao final século XVII, passa a ocupar o primeiro lugar na economia brasileira, provavelmente em conseqüência da mentalidade mercantilista, que durante algum tempo, identificou a riqueza com a posse dos metais preciosos, denominada metalismo.

Nesse contexto, o Estado de Goiás configura-se como o segundo produtor de ouro do Brasil, tendo Minas Gerais como concorrente. Nessa perspectiva, três zonas povoaram-se durante o século XVIII na região Centro-Sul: Santa Cruz, Santa Luzia (Luziânia), Meia Ponte (Pirenópolis), Jaraguá, Vila Boa e arraiais vizinhos.

Observa-se que todo descobrimento de ouro numa terra nova gera nos primeiros anos um dinamismo populacional extraordinário, pois atraídas pela miragem do ouro grandes multidões migram para essas regiões e ali percorrem, vasculham e povoam os desertos. Na cidade de Goiás constata-se esse fato quando se compara a população de pouco menos de 40.000 habitantes quando a cidade tornou-se capitania e o grande salto apresentado em 1783 quando apresentava um contingente populacional de 80.000 habitantes, configurando um aumento de mais de 50% (MONTEIRO, 1983).

Logo, o comprometimento como a extração do ouro era exigência de Portugal, todos deveriam estar disponíveis para este fim. É provável que este fator, aliado à cobrança de altos impostos, explique o pouco desenvolvimento da lavoura e da pecuária em Goiás durante os cinquenta primeiros anos. Portugal desenvolveu mecanismos que levaram ao limite a exploração colonial. Além de impostos diretos, cobrados pela utilização do solo e denominados como o quinto e a captação, o governo serviu-se do sistema monetário, criando uma moeda colonial que tinha os mesmos valores nominais das chamadas peças nacionais ou metropolitanas, porém contendo 10% a menos do ouro ou de prata, sendo por vezes falsificadas pela própria casa da moeda, fator que colaborava na diminuição do peso (CANO, 1977, p. 32).

De acordo com Estevam (2004, p. 16) a economia mineratória ofereceu oportunidades para o homem destituído de recursos. De um lado esteve o minerador, patriarca empreendedor no comando da massa de escravos; e do outro,

pretos, mulatos e brancos, envoltos em torno das minas. Segundo Antonil (1982, p. 185-186, apud TEDESCO, 2009):

[...] o fluxo anual de pessoas em direção às minas foi alarmante e multirracional, a mistura de toda a condição de pessoas: homens e mulheres, moços e velhos, pobres e ricos, nobres e plebeus, seculares, clérigos e religiosos de diversos institutos muitos dos quais não tinham no Brasil convento nem casa.

Desse modo, na metade do século XVIII, grande parte da população colonial despendia grande esforço na extração do ouro, tanto que a urbanização no interior e as instituições de controle administrativo, bem como as funções de abastecimento, animaram a vida social. Conforme Palacin (1979, p. 11), a mineração, nessa fase, trouxe para a colônia um período de apogeu. Contudo, com a decadência do ouro, constatou-se uma diminuição do número de habitações na Cidade de Goiás. Logo, entre 1825 e 1933 a cidade de Goiás viveu um período de estagnação e resistência, evidenciada pela lenta expansão urbana.

[...] em decorrência da decadência da mineração, a partir de 1783, o núcleo urbano da Cidade de Goiás passa por um processo de estagnação e a população começa a migrar para a zona rural”. Nesse período se iniciam as atividades agropecuárias e a economia de subsistência na região (MONTEIRO, 1983).

A princípio, conforme Estevam (2004, p. 28) lavoura e pecuária não representavam grande significado econômico em termos de complemento de renda para a população goiana. Segundo ele, os empreendimentos agropecuários de maior escala eram agenciados pelos próprios mineradores que deslocavam parte de seus escravos para realização dessa atividade. No entanto, lavoura e pecuária já faziam parte de um amplo esquema que possibilitava a subsistência dos moradores.

Com a decadência aurífera e o crescimento populacional, a pecuária e a lavoura se apresentavam como possibilidades de exploração não somente complementar, mas de sobrevivência no interior de Goiás (FERREIRA de SALES, 1983, p. 372). Ainda a esse respeito Palacin (1979, p. 147) afirma que “[...] a população dirige-se para a lavoura e para a indústria pastoril à procura de cômodas localidades para fundarem o estabelecimento de lavoura e criação”. Além disso, com o desaparecimento do ouro, o próprio governo começou incentivar a atividade agropecuária com a isenção de dízimo e com uma sucessão de medidas que beneficiaram essa nova linha de produção.

Nessas circunstâncias, constata-se que a população goiana durante o século

XIX esteve em processo de reacomodação e a característica básica foi a ruralização. Contudo, a transformação na economia Goiana começou a despontar no último quartel do século XIX quando a economia paulista incorporou áreas limítrofes ao seu processo de acumulação com a ferrovia que ingressou transportando produtos manufaturados, alimentos e matérias-primas, acarretando modificações para o Centro-Sul Goiano. Nesse contexto, todavia, o nordeste Goiano onde se encontra a Cidade de Goiás - área de ocupação mais antiga e mais afastada do extremo sul - pouco dinamismo sofreu, no aspecto econômico, com a chegada dos trilhos de ferro, pois a região continuou imune às modificações nas formas sociais de propriedade fundiária, uma vez que os estabelecimentos se fracionavam por herança, em sua maioria.

De acordo com Estevam (2004, p. 54), “no final do século XX sedimentou-se no imenso espaço goiano um ‘caleidoscópio de populações’ e um intrincado mosaico de relações inter-regionais”. Enquanto pouco a pouco a região Centro-Sul entrelaçava-se a Minas Gerais e São Paulo, o norte mantinha-se alheio em suas convivências particulares, sendo a atividade mercantil modesta, tanto em termos absolutos quanto relativos, agravada pelo distanciamento dos mercados e a descapitalização, fatores que dificultavam o entrelaçamento mercantil da província com os centros maiores. Nesse período, observa-se que o pequeno comércio intra-regional consolida-se e a exportação de excedentes bovinos configura-se como a fonte substancial de arrecadação na província.

A Revolução de 1930, embora sem raízes próprias em Goiás, tem significação profunda para o Estado. É o marco de uma nova etapa da história, e se opera de forma imediata na política, momento em que o governo passa a propor como objetivo primordial o desenvolvimento do Estado. A construção de Goiânia e a inauguração de Brasília colaborou para que o Estado de Goiás se desenvolvesse econômica e socialmente.

Conforme Palacin (1976), a construção de Brasília divulgou o Estado de Goiás, pois a definição de centros emissores de turismo transformou-se em fator positivo, que contribuiu para o desenvolvimento turístico local em detrimento da proximidade com a capital federal, fator que disponibilizou infra-estrutura de acesso, aspecto fundamental para o desenvolvimento turístico da Cidade de Goiás.

Além disso, a posição da Cidade de Goiás na região e, principalmente, a malha viária que garantem a comunicação com outros centros contribuíram para o

seu desenvolvimento, sendo apoiada pela pecuária e turismo.

Atualmente, embora se beneficie com o desenvolvimento do Estado, a cidade de Goiás, tem apresentado uma base econômica frágil tendo como destaque a pecuária, a indústria de transformação, o comércio varejista, a agricultura, a extração mineral e a prestação de serviços (turismo), conforme Figuras 7, 8 e 9. Todavia, o maior empregador do município ainda é o setor público.



Figura 7 - Comércio Local da Cidade de Goiás.
Fonte: Mendonça, 2009.



Figura 8 – Artesanato no comércio da cidade de Goiás.
Fonte: Mendonça, 2009.



Figura 9 – Comércio Local voltado para o turismo.
Fonte: Mendonça, 2009.

Verifica-se que o comércio local do município possui baixo poder de compra, em consequência da ausência de capital de giro, aliado à baixa capacitação empresarial e de mão-de-obra. Entretanto, os mesmos dados identificam o turismo, no setor de prestação de serviços, como atividade promissora para a reversão da atual situação.

É fato que o turismo é uma atividade econômica que vem crescendo em todo o mundo. Ele contribui para o crescimento e desenvolvimento econômico e social das localidades, ampliando mercados de trabalho e gerando uma distribuição de renda.

O dinheiro gerado na atividade turística multiplica-se pela economia possibilitando: aumento da urbanização; incremento de indústrias ligadas à atividade turística; geração de emprego no setor de serviços turísticos; aumento de investimentos e geração de emprego no setor da construção civil; aumento da demanda por produtos locais; incrementa a entrada de divisas no país receptor e permite aumentar a arrecadação de impostos e taxas (ARENDIT, 2000, p. 86).

Nesse sentido, vários autores demonstram a relação do turismo com a economia local na cidade de Goiás, indicativo de que a capacitação profissional, em

alguns casos, não precisa ser muito especializada para cumprir seu papel na geração de empregos.

[...] grande parte dos empregos criados pelo turismo destina-se a proporcionar novas oportunidades à parte da população que vai entrando na idade ativa [...]. Outra característica do emprego no turismo é a fraca qualificação exigida por parte das tarefas desempenhadas. [...] muitos dos trabalhadores provenientes do meio rural encontram fácil adaptação em certas funções turísticas com um esforço de formação relativamente baixo. (CUNHA, 1997, p. 284).

A cidade de Goiás beneficia-se do turismo, em especial, em épocas de temporada e feriados prolongados, quando em geral recebe um grande número de visitantes, os quais a procura em busca de atrativos histórico-culturais.

[...] Goiás beneficia-se com o comércio e a prestação de serviços no qual se insere o turismo [...] nas épocas de temporada, que incluem as férias letivas de janeiro e julho, bem como feriados prolongados, carnaval e Semana Santa, são garantias de movimento turístico (SERSOCIMA, 1995, p. 119).

Além disso, o município se destaca pela riqueza hídrica, fauna, flora além da diversidade de relevos e formações rochosas, principalmente as do parque Estadual da Serra Dourada. A presença desses atrativos cria possibilidades interessantes para o desenvolvimento de roteiros e diferentes modalidades de turismo, principalmente o Turismo de Natureza e o Ecoturismo.

Assim, mediante o seu valor histórico-cultural, mundialmente reconhecido, certifica-se que o município possui, em seu patrimônio, condições favoráveis para gerir o desenvolvimento econômico local e contribuir para melhorar a qualidade de vida da população.

1.4 Patrimônio Histórico Cultural da Humanidade

Tradicionalmente, compreende-se como patrimônio histórico a referência à herança composta por um complexo de bens históricos. Contudo, cada vez mais especialistas substituem o conceito de patrimônio histórico pela expressão patrimônio cultural. Isso se deve ao fato que as condições e expressões criadas pelo homem são fundamentalmente culturais.

Denota-se que a expressão Patrimônio Cultural se origine da própria

concepção de que o monumento tombado apresenta símbolos e valores que transmitem às futuras gerações as características de uma determinada sociedade. Os patrimônios apresentam as técnicas e valores que determinam uma sociedade, conforme relata Possamai:

Como constructo social, é na elaboração de enunciados discursivos que se expressam as disputas em torno da atribuição do valor a determinado objeto cultural. Neste contexto, pode-se observar a presença de um campo relativamente autônomo que se preocupará com a elaboração e difusão da noção de patrimônio, estabelecendo discussão referentes aos bens culturais que devem ser incluídos neste estatuto, por serem de atributos e características determinadas (POSSAMAI, 2000, p. 17).

Ressalta-se, portanto, que não podem ser inclusos na noção de patrimônio apenas bens materiais, pois existem quatro categorias de bens patrimoniais, a saber: os bens naturais, os quais relevam a riqueza natural como cavernas, cachoeiras e outros; os bens materiais, que configuram a produção humana como construções ou objetos feitos pelo homem e os bens intelectuais e emocionais configurados como aqueles que conduzem à reflexão sobre a própria existência e nos quais se inserem as manifestações folclóricas, religiosas e artísticas de cada grupo social (SILVA e SILVA, 2006, p. 325, apud FUZZI, 2009).

Sabe-se que o processo de seleção de um patrimônio à sua aprovação pode durar anos uma vez que características relevantes devem ser analisadas com critério, tais como: a cultura da sociedade que habita em torno do patrimônio, a arte presente, as inscrições e outros fatos que possam contribuir para a conservação da memória histórica local.

Nesse contexto, partindo da noção de patrimônio, aliado ao reconhecimento da história, arquitetura, meio ambiente, população e cultura existentes na Cidade de Goiás, o Movimento Pró-Cidade liderou o projeto de tombamento, tendo o apoio do governo do Estado e de um conjunto de órgãos, entidades e comunidade em geral. Assim, em 13 de Dezembro de 2001, a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) concede à cidade de Goiás o título de Patrimônio Histórico Cultural da Humanidade. Desde então, o município tem preservado a singularidade de sua arquitetura e os traços do período colonial (DIÁRIO VILABOENSE, 2009).

1.4.1 Processo Legal do Tombamento

Sabe-se que o tombamento é um dos mais conhecidos instrumentos legais de preservação do patrimônio cultural. Em solo brasileiro, sua prática foi instituída a partir da criação do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 (MOTTA, 2002, p. 124-139). Ainda conforme este autor, a prática do tombamento no Brasil se impôs no decorrer dos anos, sendo aplicada pelos três entes federativos como forma de proteção jurídica de bens de interesses específicos. Inclusive, o pedido de tombamento pode ser acionado por qualquer indivíduo, seja de natureza civil ou jurídica, instituição pública ou privada, podendo ser aberto pelo próprio órgão federal, mediante encaminhamento de justificativa e documentação. Contudo, sua aprovação deve sofrer análise técnica que avaliará a atribuição de valor necessária para a efetivação do tombamento.

Justifica-se o tombamento de um bem móvel ou imóvel, de coleções e acervos, de conjuntos urbanos e sítios naturais ou agenciados pelos homens, se esse tombamento for de interesse público, quer por sua veiculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Observa-se que o acúmulo de conhecimentos e de novas demandas sociais, aliados à medida do uso da ferramenta legal provocou flexibilizações e ampliações na configuração da prática do tombamento. Nesse sentido, bens representativos de diferentes grupos sociais, incorporados na construção do patrimônio cultural são tão valorosos quanto os bens de caráter excepcionais. Essa nova noção deve-se à participação popular, ocorrida a partir da década de 1970, na defesa de bens considerados representativos de sua história, cuja integração nos processos decisórios era considerada uma decisão mais política do que técnica, na medida em que se criou uma relação entre cultura e cidadania (FONSECA, 2005).

O Amadurecimento desse ideário se fez mais eficaz a partir da década de 1990 quando se começa a presenciar uma ampliação do tombamento, considerando que a prática do mesmo já não mais se restringia a bens arquitetônicos estritos ou obras de belas artes, mas também na inclusão de alguns bens acutelados que diferem significativamente da primeira visão, a exemplo: o Terreiro Axé Opô Afonjá (BA), o Quilombo Ambrósio: remanescentes (MG), o Estádio do Maracanã (RJ) e a

Torah do Museu Nacional (RJ), os quais sofreram tombamento no período de 1996 a 2003. (FONSECA, 2005).

Logo, deve-se pensar no tombamento como uma medida viável na preservação de bens de natureza material e representativo, considerando a cultura material das pessoas, as quais usando técnicas, materiais, motivações e conhecimentos diferenciados produzem uma infinidade de artefatos culturais merecedores de políticas de preservação. A proteção dessas manifestações compreende a permissão para que indivíduos do presente e do futuro possam construir identidades, baseadas em suas memórias e reapropriações sociais e culturais.

1.5 Certificação de Patrimônio da Humanidade e Planejamento Turístico

De acordo com Silva (2001), a cidade de Goiás conserva mais de 80% de sua arquitetura barroco-colonial original, e por estar situada em um belo cenário topográfico, atrai milhares de turistas todos os anos (SILVA, 2001).



Figura 10: Visão noturna do Patrimônio histórico.

Fonte: <http://images.google.com.br/>.



Figura 11 – Ruas típicas e casas coloridas.

Fonte: <http://images.google.com.br/>.



Figura 12 – Movimentação do comércio da cidade.

Fonte: <http://images.google.com.br/>.

A cidade também é conhecida por sua tradicional Procissão do Fogaréu e pela criação, no final dos anos 90, do Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (Fica).

A Certificação de Patrimônio Histórico da Humanidade referendada pela UNESCO legitima a história, arquitetura, cultura e memória da cidade, considerada o primeiro núcleo urbano, fundado no início do século 18, em território goiano. Nela, às margens do Rio Vermelho e às bordas da Serra Dourada, juntam-se, entre outros, personagens como o escritor Hugo de Carvalho Ramos; a poetisa Cora Coralina; o

escultor Veiga Valle; o nobre Conde dos Arcos; a folclorista Regina Lacerda e Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhangüera, considerado o fundador da cidade. Histórias que quando juntas convergem em uma só, sendo justificada a premiação pelo seu conjunto (DIÁRIO VILABOENSE, 2009).

Para administrar essa riqueza material e imaterial o município conta com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), órgão que exerce a função de orientar e fiscalizar todo o patrimônio cultural, em parceria com o Ministério Público Federal, a Agência Goiana de Turismo e a assessoria e apoio da gestão compartilhada de órgãos públicos e a sociedade.

O IPHAN utiliza como estratégia para a preservação do patrimônio cultural da cidade um trabalho preventivo nas escolas. O órgão acredita que um projeto de educação e conscientização patrimonial é um dos meios para atingir a comunidade, pois ao trabalhar com o aluno, este aprende e repassa a informação para os pais, amigos e vizinhos.

Segundo a Agência de Turismo do Estado de Goiás (AGETUR 2003), os atrativos históricos, culturais e naturais existentes na Cidade de Goiás têm contribuído consideravelmente para o aumento do turismo local, além de representar fator relevante para que o mesmo se desenvolva de forma positiva e rentável no município. Rabelo (2006) colabora com essa idéia, quando enfatiza a existência de recursos culturais como forte atratividade para a exploração do turismo. Entretanto, salienta que ao se comparar a oferta disponível e as potencialidades por ela gerada, percebe-se ainda o pouco uso desses recursos, o que configura um turismo não sustentável, contrário aos princípios de sustentabilidade sócio-cultural econômica.

[...] faz-se fundamental desenvolver a consciência comunitária de que a preservação de bens culturais é a sua garantia social, porque são produtos e testemunhos das ações e relações dos homens entre si e com o meio natural, dos usos dos espaços, dos significados e representações; fundamentais à sua identidade e memória (GRUPO NATIVA, 2000).

Salienta-se a importância da preservação do patrimônio cultural como forma de garantir a sobrevivência social dos indivíduos na medida em que este patrimônio é produto e testemunho das várias formas de vida, costumes, tradições e visões de mundo. Logo, a manutenção dessas memórias possibilita a criação de identidades

culturais pelos diferentes agentes sociais do país, que as constroem e reconstroem ao longo dos tempos através de novas representações e sentidos.

Nesse sentido, verifica-se que uma das ações do planejamento turístico voltada para a proteção ambiental é o estudo de capacidade de carga. De acordo com Ruschmann (1997), a capacidade de carga é entendida como um recurso turístico que analisa o número máximo de visitantes (por dia/ mês/ ano) que uma área pode suportar antes que ocorram alterações no meio físico e social. No entanto, tal capacidade depende da topografia, tamanho da área, solo, dos hábitos das pessoas e da vida selvagem (animais), bem como do número e da qualidade dos equipamentos instalados para atender aos turistas. De qualquer modo, quanto maior o desenvolvimento turístico das atrações, maior será a probabilidade de se ultrapassarem sua capacidade de carga.

Ressalta-se que as atividades vinculadas ao desenvolvimento turístico envolvem não apenas os empresários do setor e seu público alvo – o turista –, mas também uma série de outros organismos da sociedade e da economia. O planejamento é, assim, necessário para ordenar a atuação dos diferentes participantes do processo, definindo suas atribuições, maximizando os efeitos positivos decorrentes da atividade turística e racionalizando os dispêndios com infraestrutura num cenário de escassez e custo elevado de capital.

No planejamento cabe discutir o papel dos diversos agentes envolvidos, examinando-se o que deve ser responsabilidade do setor público e do privado, objetivando evitar a competição desnecessária, a duplicação de algumas tarefas.

O planejamento da atividade turística constitui-se em uma tarefa bastante complexa, pois envolve aspectos relativos à ocupação territorial, à economia, sociologia e cultura dos núcleos receptores [...] o planejamento dos espaços com potencial turístico é tarefa do Estado, que, para desenvolvê-los, vê-se diante de dois objetivos conflitantes. O primeiro, que é o de prover a oportunidade e o acesso a estes locais para maior número de pessoas possível, contrapõe-se ao segundo, relacionado com aquele de proteger e evitar a descaracterização dos locais privilegiados pela natureza e a cultura original da população receptora (RUSCHMANN, 1994, p. 64).

Observa-se que determinar a capacidade de carga de um recurso não é tarefa fácil, pois nesse processo intervêm variáveis que dificultam a mensuração. Nesse sentido, Lindenberg et al. (1997) definem a capacidade de carga como sendo

“[...] o máximo uso de um local sem causar efeitos negativos nos recursos”, “satisfação de um visitante”, etc. Segundo eles, a literatura indica que sempre há impactos no local receptor. Além disso, considera-se difícil mensurar a satisfação do visitante ou um número adequado de visitantes em um local, já que inúmeros atrativos recebem grande número de visitantes que fazem rodízio com outros locais, havendo sempre uma leva de visitantes de um determinado local para outro, o que dá uma mostra da dificuldade de quantificar o impacto desta atividade (MAGALHÃES, 2002).

Conforme Lage e Milone (1999), as atividades turísticas quando realizadas de maneira desordenada e com uso inadequado dos recursos naturais podem provocar grandes desequilíbrios ambientais. Porém, se planejado adequadamente o turismo protege espaços naturais importantes. Mesmo assim, a idéia sobre a importância do planejamento para desenvolver atividades turísticas é unânime tanto para localidades que já desenvolvem o turismo, como para localidades que têm potenciais, mas ainda não foram exploradas.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMT, 2003), cada área que pretenda desenvolver ou expandir o turismo deve avaliar cuidadosamente seus recursos turísticos, nos quais incluem todos os tipos de atrativos e atividades turísticas existentes e potenciais que estejam relacionadas ao ambiente natural, ao patrimônio cultural e aos pontos especializados, como as atividades econômicas, os lugares urbanos, o ambiente rural, a saúde, o tratamento médico, os locais religiosos, o desenvolvimento existente de instalações e de serviços turísticos, os transportes e outras infra-estruturas, além da disponibilidade de mão-de-obra treinada. Logo, se o turismo for cuidadosamente planejado, ordenado e gerenciado este poderá levar benefícios substanciais às comunidades locais.

2. FATORES DE DESENVOLVIMENTO DA CIDADE DE GOIÁS: O TURISMO E O FESTIVAL DE CINEMA E VIDEO AMBIENTAL (FICA)

Identifica-se mediante estudos que a evolução do turismo é conseqüência do avanço tecnológico que proporcionou meios de transporte mais rápidos, confortáveis e seguros, aliados à revolução do trabalho que trouxe emprego, renda e benefícios aos cidadãos.

Há alguns anos, o turismo configurava uma prática penosa, devido à insegurança e precariedade dos meios de transporte, quase sempre restritos a uma minoria privilegiada. Contudo, no período entre as duas grandes guerras, o automóvel veio revolucionar as novidades da época, e o turismo continuou crescendo. Com o advento do avião, diminuíram-se distâncias e se ofereceu mais conforto, segurança e rapidez. Desde então, diversos países e cidades começaram a interpretar o turismo como forma de captação de divisas, superiores até ao valor de muitas de suas exportações (LAGE, 1999).

Sartor (1977, p. 19) assevera que o turismo é um fenômeno ligado à civilização moderna, "[...] entendido como uma atividade temporal do homem fora de sua residência habitual, por razão diferente daquela em que exerce uma atividade remunerada". Diante disso, pode-se explicar a massificação do turismo mediante alguns fatores sócio-econômicos que contribuíram para o seu desenvolvimento. Entre eles, destacam-se a demanda populacional, a industrialização e os avanços tecnológicos especialmente nos meios de comunicação, de transporte e de comercialização dos bens e serviços turísticos.

Sustenta-se que em 1910 se elaborou, nas palavras do economista austríaco Herman Von Schullard, a primeira definição da atividade turística:

[...] o turismo é a soma das operações, principalmente de natureza econômica, que estão diretamente relacionados com a entrada, permanência e deslocamento de estrangeiros para dentro e para fora de um país, cidade ou região (WAHAB, 1977, p. 59).

Ao se referir às operações de natureza econômica, o autor faz menção a um composto de atividades e serviços relativos ao alojamento, alimentação, transporte, compras e divertimentos. No entanto, tal definição peca, pois não aborda as outras dimensões da atividade turística, mas certamente é mais abrangente que a

formulada por Edmond Pickard, professor de economia da Universidade de Bruxelas:

[...] a função do turismo é a importação de divisas pelos países. O seu impacto reside no que as despesas do turismo podem realizar para os diferentes setores da economia e em particular para os donos e gerentes de hotéis (WAHAB, 1977, p. 62 apud RANGEL, 2000).

Nota-se que são bastante difundidas as vantagens da atividade turística para a economia, porém convém ressaltar que esta é uma visão míope da realidade, compartilhada por inúmeros teóricos que discutem o turismo. Entretanto a definição de Pickard não pretende ser completa nem no âmbito das ciências econômicas, pois resume o impacto da atividade a uma exportação de bens invisíveis, restringindo-lhes a área de abrangência a um segmento do turismo: a hotelaria.

Verifica-se uma abordagem mais técnica a respeito da definição do turismo, reservada à discussão quando da publicação do livro *Teoria Geral do Turismo*, pelos professores suíços Walter Hunziker e Kurt Kraph. Conforme estes autores “[...] o turismo é o complexo de relações e fenômenos relacionados com a permanência de estrangeiros em uma localidade, pressupondo-se que estes não exerçam uma atividade principal permanente, temporária ou remunerada” (WAHAB, 1977, p. 63).

Desse modo, o que era uma “soma de operações” passa a ser um “complexo de relações e fenômenos”. Além disso, Hunziker e Kraph ampliaram a definição de turismo objetivando assegurar à atividade turística a sua multidisciplinaridade. Atenta-se que ao restringir a natureza do termo “turista”, esses autores concederam uma valiosa contribuição. Todavia, Wahab (1977) foi quem conseguiu expressar de maneira mais clara e completa o significado do turismo, incorporado os deslocamentos regionais e os seus impactos, junto às áreas -destino:

[...] uma atividade humana intencional, que serve como meio de comunicação e como elo de interação entre os povos, tanto de dentro de um país como fora dos limites geográficos dos países. Envolve o deslocamento temporário de pessoas para outras regiões, países ou continentes, visando à satisfação de necessidades outras que não o exercício de uma função remunerada. Para o país receptor o turismo é uma indústria cujos produtos são consumidos no local formando exportações invisíveis. Os benefícios desse fenômeno podem ser verificados na vida econômica, benefícios desse fenômeno podem ser verificados na vida econômica, política, cultural e psicossociológica da comunidade (WAHAB, 1977, p. 63).

Aponta-se esse argumento como fato constatado na era contemporânea, em que as atividades e viagens turísticas ocupam um lugar de destaque nas relações econômicas e sociais das sociedades e se manifestam de forma distinta quanto às motivações, aos transportes, aos períodos de duração, à hospedagem, às categorias da viagem e afins.

2.1 Turismo na Cidade de Goiás

De acordo com a Agência de Turismo do Estado (AGETUR, 2003), o turismo na Cidade de Goiás tem indicado aumento considerável nos últimos anos, oferecendo aos turistas inúmeras opções. A certificação da cidade como Patrimônio Cultural da Humanidade e a realização do Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (FICA), além de outras festividades divulgadas nacionalmente, contribuíram para divulgar o município no Brasil e no mundo. Ademais, a proximidade de Goiânia (capital do Estado) e de Brasília (DF) também são indicativos para a configuração do turismo como um fator positivo e rentável para a comunidade local.

Somam-se aos fatores mencionados a presença de atrativos históricos, culturais e naturais como a riqueza hídrica, a fauna, a flora e a infinidade de diversidades de relevos e formações rochosas, que favorecem várias possibilidades para o desenvolvimento de roteiros e diferentes modalidades de turismo no município, principalmente o turismo de Natureza e o Ecoturismo (GRUPO NATIVA, 2000).

Um dos principais destaques ecoturístico da região é o Parque Estadual da Serra Dourada (PESD), cuja vegetação é característica do bioma Cerrado com a presença de matas de interflúvio, campo cerrado, campo limpo, campo rupestre, cerrado “*strictusensu*” e veredas. A área é rica em espécies vegetais frutíferas e medicinais e fica localizado entre os municípios de Mossâmedes, Buriti de Goiás e Cidade de Goiás, tendo esta como principal apoio estrutural para oferecer hospedagem, alimentação, entretenimento e compras a seus turistas.



Figura 13 – Parque Estadual da Serra Dourada.
Fonte: Acervo Agetur (Rui Fanquini), 2006.

Salienta-se que, embora detentor de inúmeros recursos culturais e naturais e com forte atratividade para o turismo, o município de Goiás ainda não faz pouco uso desses recursos com eficácia. A atual disposição do patrimônio da cidade, em relação ao uso turístico, põe em evidencia e valoriza apenas os bens materiais.

Apesar de todos os investimentos que o município tem recebido para a preservação do patrimônio em infra-estrutura e equipamentos turísticos, o fluxo de turistas na cidade ainda não atende às expectativas dos investidores locais, pois o contingente maior de visitantes é acentuado apenas em altas temporadas, as quais geralmente ocorrem em feriados e eventos.

Desse modo, verifica-se a necessidade da criação de políticas públicas para a efetivação de um turismo sustentável. A esse respeito Ansarah (2001, p. 30) assevera:

[...] o estudo do turismo deve ser direcionado para o desenvolvimento sustentável, conceito essencial para alcançar metas de desenvolvimento sem esgotar os recursos naturais e culturais nem deteriorar o meio ambiente. Entende-se que a proteção do meio ambiente e o êxito do desenvolvimento turístico são inseparáveis.

Uma vez que o turismo sustentável é entendido como aquele cujo conceito atende ao equilíbrio e harmonia entre seres humanos e natureza e visa à conservação dos recursos naturais para as gerações, Swarbrooke (2000, p. 19) endossa tal definição quando sugere que as formas de (práticas do) turismo que satisfaçam hoje as necessidades dos turistas, da indústria do turismo e das comunidades locais, sem comprometer a capacidade das futuras gerações de

satisfazerem suas próprias necessidades, certamente será a garantia de sobrevivência das gerações futuras e do meio ambiente.

2.2 caracterização do perfil do turista

De acordo com Arrillaga (1976), a palavra turista é incorporada aos elementos da oferta turística e às interações existentes entre os viajantes e a comunidade receptora:

[...] o turista é todo deslocamento temporal determinado por causas alheias ao lucro: o conjunto de bens e serviços e a organização que, em cada país, determinam e tornam possíveis esses deslocamentos e as relações e fatos que acontecem entre turistas e residentes (ARRILLAGA, 1976, p. 17).

Em 1937, a Comissão Econômica da Liga das Nações definiu o termo turista para qualquer indivíduo que viaje por um período de 24 horas ou mais em um país que não seja o de sua residência (WAHAB, 1977, p. 64), incluem-se nesta listagem os indivíduos que viajam por prazer, razões familiares, saúde ou profissionalmente e aqueles que permaneçam no local por menos de 24 horas.

Os turistas da Cidade de Goiás, geralmente, vêm de várias regiões do Brasil, e não apenas deste, mas de várias partes do mundo. Muitos, atraídos pelas belezas naturais e em busca do ecoturismo, outros, a exemplo dos participantes do FICA, vêm efetuar amostragens de produções de cinema e fotografia ou apenas como participantes.

Em geral, os inscritos no evento são profissionais relacionados às áreas de Meio-Ambiente, Cinema, Fotografia, Comunicação, Artes, História, Geografia, Literatura e Turismo, dentre outros. Não apenas brasileiros, mas de diversos países, tais como: França, Inglaterra, Alemanha, Itália, Estados Unidos, Holanda, Espanha, Portugal, Venezuela, Argentina, Dinamarca etc.

2.3 Impactos sócio-ambientais e o turismo

Para melhor compreensão dos impactos advindos da realização do Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental, no município de Goiás, faz-se necessário uma breve abordagem dos tipos de impactos mais comuns que advêm do turismo, sobre determinada localidade.

Os impactos econômicos compreendem aqueles que envolvem a geração de empregos e de renda, cujo poder diversifica a economia, gerando especulação imobiliária e promovendo o aumento da economia informal, o que vai também promover aumento do custo de vida.

Os impactos sociais caracterizam a diminuição do índice de desemprego, além da melhoria e desenvolvimento da infra-estrutura local. Ademais, ele também envolve a capacitação da mão de obra especializada e incrementa a qualidade de prestação de serviços, o que vai colaborar, diretamente, com a integração e desenvolvimento regional. Contudo, seu aspecto negativo se apresenta na imigração desordenada, fator promotor de problemas sociais, como: prostituição, tráfico de drogas, produção de lixo urbano, aumento da poluição, congestionamentos, insegurança e desconforto da população local -desencadeador de evasão da população local e do aumento da população sazonal.

Os impactos culturais têm como aspecto positivo a valorização do artesanato e da herança cultural, porém traz, como os demais, seus entraves que compreendem a descaracterização do artesanato, além da vulgarização das manifestações tradicionais e destruição do patrimônio histórico.

Por sua vez, os impactos ambientais trazem aspectos positivos e negativos. Positivamente, apresentam a criação de planos e programas de conservação de áreas naturais, de sítios arqueológicos e de monumentos históricos, bem como a implantação de equipamentos e outras medidas preservacionistas. Negativamente, promovem a ocupação e destruição de áreas naturais que se tornam urbanizadas, poluição visual e das águas, além de poluição sonora. Ele também colabora com o aumento de trânsito de veículos e promove a destruição da fauna e da flora, entre outros.

Observa-se, porém, que a percepção destes impactos não é fácil de ser medida, visto que o turismo interage com diversos setores da atividade econômica e envolve também modificações nos aspectos físicos e sociais.

A exploração da atividade do turismo é formada por um amplo e diversificado conjunto de atividades econômicas e sociais. O turismo gera empregos, produz renda, financia infra-estrutura como estradas, transportes, etc; melhora as condições de vida e eleva a autoconfiança da população local. Mas, esses aspectos trazem consigo modificações nos aspectos físicos e sócio-culturais das comunidades em que se inserem.

O crescimento do turismo também é desigual e não coordenado, e consome seu próprio lucro. Ele explora a terra, danifica a paisagem e a natureza, priva a população local de sua autonomia e independência, debilita a singularidade da sua cultura nativa, traz consigo tensões sociais e agrava instabilidade (KRINPPENDORF apud SOARES, 2006, p. 02).

Nota-se que o ambiente da localidade em que se encerra a atividade turística é inevitavelmente modificado, isso ocorre por ser impossível desenvolver turismo sem que ocorram transformações ambientais, socioculturais e econômicas. Tais impactos do turismo são sustentados por Ruschmann (1994, p. 02) como aqueles que geram um conjunto de modificações ou seqüência de eventos, provocados pelo desenvolvimento da atividade nas localidades receptoras, os quais resultam de um processo e não constituem eventos pontuais.

Considera-se que quando a ocorrência de impactos advindos do turismo versa sobre cidades históricas, a destruição do meio ambiente, os congestionamentos de tráfego e de pessoas têm feito aflorar mais impactos negativos que positivos nos núcleos receptores. Quase sempre, os espaços são limitados para absorver fluxo turístico nessas localidades, e devido ao número de aniversários já perpetrados, muitas dessas cidades históricas não foram projetadas para as condições exigidas pela vida contemporânea.

Além disso, observa-se que um dos problema que as cidades históricas enfrenta é a tensão entre conservar seu patrimônio e controlar a demanda das atividades que ocorrem em seus espaços, bem como prover meios para que a comunidade local tenha boas condições de vida.

A cidade é atraente para um grande número de atividades: porém, ao mesmo tempo, há limites e problemas em virtude de seu caráter histórico e de sua malha urbana inalterável, sendo que às vezes isso pode se tornar uma barreira para o desenvolvimento e a adaptação a uma nova realidade (OLIVEIRA, 2003, p. 38).

Entende-se que preservar as características das cidades históricas significa adaptar o seu desenvolvimento, sem que ocorram danos ambientais. Isso representa um desafio uma vez que muitas dessas cidades têm sua economia baseada em

turismo e comércio, outras baseiam sua economia no turismo e na agropecuária, a exemplo da Cidade de Goiás, objeto desse estudo.

Patrimônio Cultural da Humanidade, a Cidade de Goiás guarda aspectos significativos e conserva patrimônios históricos e culturais, costumes, histórias, lendas e muita memória, valores considerados preciosos, os quais auxiliaram no desenvolvimento de seu potencial turístico e no reconhecimento mundial de seu patrimônio cultural.

Todavia, observa-se que o grande fluxo de carros, ônibus e visitantes gera danos, ocasionando um grande problema de impacto.



Figura 14 - Problemas nas ruas do centro Histórico, devido ao excesso de carga.
Fonte: Mendonça, 2009.

Por esta razão, há uma necessidade de que o sentimento de preservação do patrimônio esteja presente na consciência coletiva da comunidade receptora e do visitante, pois é o valor desse patrimônio que torna a cidade mais atraente.

O desejo pessoal e local de falar do seu lugar, do passado histórico, de acontecimentos recentes, ou mesmo de problemas atuais, bem como a coleta de evidências pessoais da história, são fundamentais no processo de valorização. Em qualquer cultura, as lembranças pessoais e as experiências passadas, as fotografias desbotadas e os registros de eventos familiares fornecem marcos de vidas individuais e são de grande valor para o processo de interpretação do patrimônio. (MURTA, 2002, p. 14).

Logo, é constatada a importância de se fundamentar critérios para a atividade turística no município de Goiás. Tal desenvolvimento deve estar de acordo com a capacidade ambiental que o mesmo oferece, primordialmente, deve-se considerar que o ambiente natural e cultural construído deve ser protegido e valorizado.

De acordo com Dias (2003) é importante compreender que na relação turismo e natureza, quando o turismo é bem administrado, os impactos positivos são superiores aos negativos e contribuem decisivamente para a preservação. Para tanto, basta que se imponha a necessidade de se instituírem novas formas de exploração dos recursos naturais para fins turísticos que levem em consideração as limitações de uso do atrativo e as condições de manutenção de sua existência de forma duradoura, para que futuras gerações possam usufruir também do benefício.

2.4 O desafio do Turismo Sustentável

Conforme Monteiro (1999), a humanidade responde pela garantia do desenvolvimento sustentável, o qual é responsável por suprir as necessidades do presente sem comprometer o atendimento às gerações futuras. Porém, o conceito da harmonização homem/natureza se limita devido aos entraves impostos pelo estágio atual da tecnologia e organização social e a capacidade da biosfera absorver os efeitos da atividade humana.

Constatam-se vários benefícios para o meio ambiente natural, em decorrência da prática do turismo sustentável, pois este estimula uma compreensão dos impactos do turismo nos ambientes natural, cultural e humano; incorpora planejamento e zoneamento assegurando o desenvolvimento do turismo adequado à capacidade de carga do ecossistema; e demonstra a importância dos recursos naturais e culturais, auxiliando na preservação dos mesmos (SWARBROOKE, 2000, p. 14).

Analisa-se que o planejamento a médio e longo prazo, aliado a ações imediatas, sendo um dos princípios fundamentais para que se desenvolva um turismo com sustentabilidade. Conforme Bissoli (2002) isso compreende o processo que consiste em determinar objetivos do trabalho; ordenar os recursos materiais e humanos disponíveis; determinar os métodos e as técnicas aplicáveis; estabelecer as formas de organização e expor com precisão todas as especificações necessárias para que a conduta da pessoa ou do grupo de pessoas que atuam na

execução dos trabalhos seja racionalmente direcionada para alcançar os resultados pretendidos.

O turismo sustentável tem como fundamental papel garantir a proteção dos recursos naturais e dar garantia de geração de renda para os indivíduos que fazem parte dessas áreas, a fim de tornar esta preservação possível. Essa discussão é parcialmente influenciada pelo conceito geral de desenvolvimento sustentável. Por isso, importa ressaltar que o turismo é uma atividade que precisa ser analisada na sua complexidade, pois não basta justificá-lo como portador de atributos positivos ou destruí-lo pelos atributos negativos em relação ao ambiente e ao que se convencionou chamar de desenvolvimento sustentável (RODRIGUES, 2002).

Nessa perspectiva, em 2001 o turismo sustentável foi definido pela OMT como aquele ético e socialmente equitativo, economicamente viável e ecologicamente suportável em longo prazo. Logo, sua efetivação exige integração ao meio ambiente natural, cultural e humano, respeitando a frágil balança que caracteriza muitas destinações turísticas, em particular pequenas ilhas e áreas ambientalmente sensíveis, a exemplo de patrimônios culturais de cidades históricas.

Embora a OMT - em Assembléia Geral realizada no Chile em 1999 - tenha divulgado o Código Mundial de Ética do Turismo, que traz no artigo 3º referências explícitas ao Turismo como fator de desenvolvimento sustentável (DIAS, 2003), autores como Swarbrooke (2000) afirmam não ser tarefa difícil definir o turismo sustentável. Por este motivo, propõe-se uma definição dos princípios que deveriam apoiar qualquer abordagem de gestão do turismo sustentável, os quais estariam relacionados à questão: como o turismo sustentável poderia ser alcançado, sem necessariamente focar o que distinguiria turismo sustentável de não-sustentável.

Várias iniciativas têm sido empreendidas para estabelecer este conjunto mínimo de princípios, que embora variem em termos de redação, de uma forma geral, têm um núcleo essencial comum. Dessa forma, faz-se importante nomear os princípios estabelecidos no Brasil pelo Conselho Brasileiro para o Turismo Sustentável (CBTS), os quais constituem a referência nacional para o Turismo Sustentável, a saber:

a) Respeitar a legislação vigente - o turismo deve respeitar a legislação vigente em todos os níveis, inclusive as convenções internacionais de que o país é signatário.

b) Garantir os direitos das populações locais - buscar e promover mecanismos e ações de responsabilidade social, ambiental e de equidade econômica, inclusive a defesa dos direitos humanos e de uso da terra, mantendo e ampliando, a médio e longo prazo, a dignidade dos trabalhadores e comunidades envolvidas, configura-se função do turismo.

c) Conservar o ambiente natural e sua biodiversidade - Em todas as fases de implantação e operação, o turismo deve adotar práticas de mínimo impacto sobre o ambiente natural, monitorando efetivamente os impactos, de forma a contribuir para a manutenção das dinâmicas e processos naturais em seus aspectos paisagísticos, físicos e biológicos, considerando o contexto social e econômico existente.

d) Considerar o patrimônio cultural e valores locais - o turismo deve reconhecer e respeitar o patrimônio histórico-cultural das regiões localidades receptoras e ser planejado, implementando e gerenciado em harmonia às tradições e valores culturais, colaborando para seu desenvolvimento.

e) Estimular o desenvolvimento social e econômico dos destinos turísticos - o turismo deve contribuir para o fortalecimento das economias locais, a qualificação das pessoas, a geração crescente de trabalho, emprego e renda e o fomento da capacidade local de desenvolver empreendimentos turísticos.

f) Garantir a qualidade dos produtos, processos e atitude - o turismo deve avaliar a satisfação do turista e verificar a adoção de padrões de higiene, segurança, informação, educação ambiental e atendimentos estabelecidos, documentados, divulgados e reconhecidos.

g) Estabelecer o planejamento e a gestão responsáveis - o turismo deve estabelecer procedimentos éticos de negócios visando a engajar responsabilidade social, econômica e ambiental de todos os integrantes da atividade, incrementando o comprometimento do seu pessoal, fornecedores e turistas, em assuntos de sustentabilidade desde a elaboração de sua missão, objetivos, estratégias, metas, planos e processos de gestão.

Nota-se que no contexto atual da economia, o turismo se depara com duas possibilidades distintas: promover-se como uma proposta econômica de inclusão social e contribuir com novas perspectivas de valorização da vida, do usufruto de produtos culturais e de distribuição de renda. Ou ainda, a de associar-se a uma economia de mercado que exclua, da participação do crescimento econômico e

social, parcelas significativas da população, sem qualquer preocupação com a sustentabilidade.

Meneses (2004, p. 13) afirma ser possível "[...] pensar em um planejamento diferente, em uma percepção mais acurada, onde o bem histórico-cultural possa ter tratamento de construção histórica dinâmica e em andamento e possa propiciar inclusão identitária e social de quem participa ativamente dessa dinâmica". Destaca-se que novas formas de ação na gestão de bens culturais surgem todos os dias na tentativa de se articular o patrimônio cultural ao turismo. No entanto, observa-se que nem todas as ações têm como objetivo a inclusão da comunidade local, que preservou e guardou o bem histórico, no usufruto das perspectivas de melhoria da qualidade de vida.

3. O FICA – FESTIVAL INTERNACIONAL DE CINEMA E VÍDEO AMBIENTAL NA CIDADE DE GOIÁS

Como mecanismo de valorização da cultura e como forma de evidenciar o Estado de Goiás mundialmente - no momento em que a Cidade de Goiás começava a pleitear o título de Patrimônio da Humanidade - o governo do Estado cria o Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (FICA), cuja primeira edição ocorreu em Junho de 1999, a partir de então, o FICA é realizado anualmente no município e atrai turistas de várias partes do Brasil e exterior.

O evento objetiva divulgar, exibir e premiar obras audiovisuais de longa, curta e média metragens, de ficção ou documentais, com temática ambiental, produzida em qualquer parte do mundo. Por isso, tem a missão de mostrar o cinema, sintetizar a produção nacional e internacional, difundir e promover o encontro do público com essas produções nacionais, estimular novas idéias, intercâmbios e visões, incentivar potencialidades artísticas e gerar reflexão.

Geralmente são cinco dias de programação cultural oferecida à população, segundo dados da Agepel (2009). Em 2008, o evento teve a sua 10ª edição e nela o festival trouxe um novo formato que privilegiou o cinema, essencialmente a formação de público, a capacitação e a produção cinematográfica goiana. Nela, abriu-se a discussão para a valorização do cerrado, reiterando o compromisso com a Cidade de Goiás, com ênfase para a preservação de seu centro histórico e manutenção do título de Patrimônio da Humanidade.

A formulação dessas diretrizes se fez necessária após consultas feitas pela coordenação do festival, ao término do 9º Fica em 2007, junto a representantes dos diversos segmentos envolvidos, representados pelos moradores da cidade, produtores, jurados, cineastas e instituições públicas municipais, estaduais, além do Ministério Público e do IPHAN, entre outras. (VIA GOIÁS, 2008).

Na mudança estrutural para a realização do FICA, conforme essas diretivas, acertou-se a transferência do QG do Fica do Colégio Alcide Jubé para o Liceu de Goiás; a mudança dos grandes shows do centro histórico para o Largo do Matadouro (Praça de Eventos); e o espaço do Palácio Conde dos Arcos ficou reservado aos pequenos espetáculos. Definiu-se também que durante o 10º Fica, uma pesquisa qualitativa seria aplicada aos participantes, por meio de questionários.

Ademais, ao contrário das edições anteriores, as quais privilegiavam a exibição de grandes espetáculos musicais, no 10º FICA quase 90% das atividades voltaram-se para o cinema, priorizando amostras e sessões especiais. Abriu-se um espaço de exibição das produções goianas e enfatizaram-se ações de formação e de capacitação, com a introdução de cursos além do dobro dos realizados em anos anteriores, a saber: 13 cursos e três oficinas, além daquelas voltadas para a formação de público, como os debates com ícones da indústria cinematográfica nacional, logo após a exibição de cada filme participante do processo de seleção.

Na décima edição do FICA em 2008, o cinema brasileiro trouxe como destaque especial uma homenagem ao cineasta Cacá Diegues, considerado um dos fundadores do Cinema Novo, o qual trouxe para exibição e discussão os filmes que integram a sua expressiva produção cinematográfica. Ainda, neste festival, as grandes atrações do cinema brasileiro foram o relançamento do filme Liberdade de Imprensa, do cineasta João Batista de Andrade, e os debates que integram o Café Cinematográfico. Este contou com as presenças de Jean-Claude Bernardeth, professor de cinema da Universidade de São Paulo, do cineasta Kiko Goiffman e Francisco Elinaldo Teixeira, professor de cinema da Universidade Estadual de Campinas (SP), os quais debateram sobre a temática Cinema e Documentário Contemporâneo.

Outras atrações como as mesas-redondas Cinema e Literatura, coordenada pelo escritor Luís Fischer, professor de literatura brasileira da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e pelo cineasta Giba Assis Brasil; e Cinema e Psicanálise: a depressão do meio ambiente, coordenada pela professora e mestre de cinema, Lisa França, se fizeram presentes.

Na 11ª edição do FICA, ocorrida em Junho de 2009, o jornal Diário da Manhã (2009) comenta:

[...] o festival se consolida como um marco do audiovisual goiano, em um espaço comprometido com as discussões que possam potencializar ações interligantes entre cultura e meio ambiente [...] o evento se coloca como uma inegável demanda da sociedade goiana, não representando mais uma política de um determinado governo ou de outro, mas sim algo que pertence ao Estado de Goiás.



Figura 15 - Cine Teatro São Joaquim.
Fonte: Mendonça, 2009.

Ainda em relação ao XI FICA, o jornal Diário da Manhã considera como maior destaque do evento:

A consolidação do formato que prioriza efetivamente o audiovisual, com o deslocamento das atividades musicais para um espaço mais apropriado para as tais em relação ao que antes ocorria. Os cursos, palestras e workshops que contribuem para uma maior qualificação dos envolvidos no trabalho junto à cultura são também louváveis. Outro ponto que merece aplausos foi a divulgação de um edital específico de incentivo à produção audiovisual de Goiás, com a previsão de R\$ 400 mil, divididos entre cinco roteiros que serão selecionados e contemplados. Quanto mais apoio à produção cultural goiana, melhor estaremos colocados nos debates contemporâneos sobre inclusão social por meio da cultura. E que esse novo edital não signifique um retrocesso em relação às demais políticas públicas de apoio à cultura já existentes em Goiás (DM, 2009, ed. 8006).

Ainda conforme o Jornal, Luís Araújo Pereira - presidente da comissão de seleção do XI FICA – comunica que foi selecionado um conjunto de filmes de qualidade e elaboração criteriosa para Goiás. Alguns deles inovadores, pela temática ou sintaxe, cujo objetivo foi divulgar denúncias e pesquisas. Ademais, o presidente comenta que surpresas ocorreram em torno das amostras de obras

realmente originais, a exemplo do documentário que demonstra a extinção do pau-brasil, espécie importante de flora goiana e do qual são produzidos os arcos do violino moderno.



Figura 16 - Diocese de Goiás – Local de exibição de documentários XI Fica.
Fonte: Mendonça, 2009.

Ainda conforme Pereira, de um modo geral, os filmes da mostra competitiva se mostram acessíveis, não sendo necessário conhecimento prévio do tema ou ser especialista em cinema para aproveitar a programação:

[...] são diversas temáticas que estão em contato, mesmo que não pareçam, com as questões mais urgentes da sociedade, seja nas ameaças de extinção da fauna, e da flora, na exploração dos recursos de energia, nos conflitos por território e água que levam às guerras e à fome [...] alguns filmes abordam estas questões com mais informação, outros com mais poesia, e há também aqueles didáticos, principalmente os filmes selecionados para a mostra Fica Animado, direcionado ao público infanto-juvenil (DIÁRIO DA MANHÃ, 2009, ed. 8006).

Assim, na programação do XI FICA, após a sessão dos filmes da mostra competitiva principal no Cineteatro São Joaquim, é a vez da mostra Cinema Brasileiro, fora de competição, realizada de quarta a domingo, em horários diferenciados. A partir das 21h15, o público confere longas-metragens brasileiros recentes e de grande repercussão nacional, alguns inéditos no circuito comercial

goiano, como o polêmico *Filmefobia*, o grande vendedor do Festival de Brasília do ano passado, dirigido por Kiko Goiffman, ministrante de uma oficina de cinema no evento.

O filme *Serras da desordem*, documentário híbrido que retrata o processo de aculturação de um índio brasileiro foi evidência no evento, acompanhado pela sessão de *Garapa* - documentário sobre a fome no Nordeste - trabalho mais recente de José Padilha, além do documentário do *Ônibus 174*, do mesmo autor, encerrando a participação desse cineasta com a mostra de seu longa de maior sucesso e premiação “*Tropa de Elite*”.

Ainda, exibiu-se o poético *Mutum*, longa de ficção baseado na obra de Guimarães Rosa e *Filmefobia* e *Pantaneiros*, além de várias sessões de filmes, voltadas para o público infantil. Para proceder à análise e seleção das obras do XI Fica, o júri de seleção estabeleceu critérios como: adequação à temática do meio ambiente, originalidade, criatividade e relevância na abordagem do tema; sintaxe narrativa; fotografia e cenografia, produção.

Anualmente, a programação do evento inclui ainda atividades de Literatura, Artes Plásticas e Música. No XI FICA realizou-se o 13º Encontro de Violeiros. Entre as exposições, o maior destaque foram as obras de Gustav Ritter, em lembrança aos 105 anos do nascimento de Hanning Gustav Ritter (1904-1979), um dos pioneiros das artes plásticas em Goiás. Houve também o lançamento de três livros: *Vivências e Sentidos – O Patrimônio Cultural do Tocantins*, organizado por Ivana Cavalcante e Simone Kimura; *Cozinheiro do Tempo*, de Bené Fonteles, e *Centenário do Cinema em Goiás 1909-2009*, de Beto Leão (DM, 2009).

Apresentações de cantores goianos conhecidos e atrações nacionais como Martinho da Vila também integraram a programação do último festival, encerrado com um show de Vanessa da Mata, na Praça de Eventos Beira-Rio.



Figura 17 - Praça Beira-Rio Local de Shows Artísticos no FICA.
Fonte: Mendonça, 2009.



Figura 18 – Praça de Eventos Beira-Rio.
Fonte: Mendonça, 2009.

3.1 Contribuições do Festival de Cinema e Vídeo Ambiental para o município

O turismo atrai à cidade de Goiás milhares de pessoas, todos os anos. Além da existência de um conjunto de patrimônio, formado por monumentos civis e religiosos, museus e chafarizes, a procissão do fogaréu leva ao município mais de dez mil visitantes. Alia-se a isso o fato do município possuir em sua história e formação uma relação muito ligada às culturas Africanas e indígenas - explicitas em diversas manifestações culturais por toda a cidade - como as duas escolas denominadas Espaço Cultural Vila Esperança e Quilombinho, e do Grupo de Capoeira Meninos de Angola, movimentos que transformam a cidade de Goiás em exemplo de cultura e resistência.

Outrossim, o Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental - além de atrair uma infinidade de turistas e profissionais de diversas áreas, em especial aqueles ligados ao cinema e à proteção ambiental - chama a atenção mediante suas mostras e debates para um dos mais graves problemas enfrentados pela sociedade mundial, os prováveis riscos conseqüentes do desrespeito ao meio ambiente.

Nota-se que as questões ambientais, aliadas às de sexo e de raça, constituem pontos cruciais da biopolítica, cuja preocupação exige a participação de todos os indivíduos. A questão ambiental é um canal para a participação sóciopolítico, que abre possibilidades de influência das classes e estratos diversos da sociedade no processo de formação das decisões políticas, constituindo, portanto, um direito humano fundamental, no qual contracenam as coletividades difusas e onde são determinantes a liberdade, a igualdade, a solidariedade e a qualidade de vida.

Nesse contexto, circunscrita em um campo político de construção da cidadania, a educação ambiental tem o grande desafio de refletir e oferecer uma guinada político-conceitual para o desafio deste século. Nesse sentido, o Festival de Cinema e Vídeo Ambiental representa uma bandeira na defesa do meio ambiente, considerando-se o mérito cinematográfico que encerra. Em 2009, por exemplo, o bioma cerrado concentrou uma discussão de grande alcance no festival, pois se discutiu com objetividade a questão dos recursos hídricos, nele existentes.

Além das discussões pertinentes às questões ambientais, a realização do FICA contribui econômico e socialmente para o município de Goiás, pois promove emprego e renda a partir do planejamento e organização do evento, subsídios recebidos mediante parcerias firmadas entre Prefeitura, Governo Estadual e Federal, além de empresas privadas e proventos advindos de gastos promovidos pelos turistas, em diversos setores de atividade.

Keynes (1964) assevera que a distinção entre consumo e investimento é fundamental para a análise das questões que envolvem o meio ambiente e a sustentabilidade. Em sua teoria, sustenta que o emprego depende do volume de investimento, ou ainda que o desemprego é o resultado de investimento insuficiente. Dessa forma, o emprego ajuda a manter a procura da produção existente de bens de consumo.

Evidencia-se que os gastos de turistas no FICA cria rendimentos, os quais produzem gastos e rendimentos posteriores. Esse processo pode ser explicado por um exemplo simples e hipotético, a exemplo do rastreamento de uma nota de um dólar (OMT, 2003):

- O turista pagou a conta do hotel
- O funcionário do hotel pagou o fazendeiro pelos ovos
- O fazendeiro pagou o posto de gasolina
- O posto de gasolina comprou gasolina
- O funcionário da distribuidora comprou bebida
- O vendedor de bebidas pagou o almoço ao restaurante
- O funcionário do restaurante comprou toalhas de mesa da loja de departamentos

- O gerente da loja comprou revistas
- O vendedor de revistas pagou o seguro
- O agente de seguros foi ao médico
- O médico pagou a conta de luz
- A companhia elétrica comprou persianas da loja de móveis
- O dono da loja de móveis pagou os honorários do advogado
- O advogado deu a nota de um dólar na coleta da igreja
- A igreja depositou o dinheiro no banco

Ademais, a atividade turística cria oportunidades de emprego nos hotéis e os gastos restantes dos turistas induzem o surgimento de vagas em restaurantes, lojas, agências de viagens, empresas de entretenimento, empresas de transporte e demais estabelecimentos turísticos ou não turísticos que sejam beneficiados pela distribuição desse gasto inicial.

O melhoramento da infra-estrutura básica existente, como redes de abastecimento de água e esgotos, construção de estradas e instalações próprias para o desenvolvimento da atividade turística, gera empregos na área de construção civil, assim como a crescente demanda por alimentos pode levar a um aumento no número de trabalhadores rurais.

Logo, os efeitos multiplicadores verificados para a renda e para o emprego são muito semelhantes, embora não estejam relacionados diretamente. Existe uma relação causal entre a renda gerada pelo turismo e a quantidade de postos de trabalho criados, mas seus efeitos multiplicadores não possuem a mesma dimensão e não agem simultaneamente. Outrossim, a maximização da renda não conduz, necessariamente, a maximização do emprego (MATHIESON & WALL, 1990).

Em geral,, observa-se que três tipos de empregos são gerados pelo turismo, o emprego direto, que resulta dos gastos do visitante nas plantas turísticas; o emprego indireto que deriva desses gastos iniciais, sendo criado no setor de abastecimento turístico; o emprego induzido, que é o efeito restante do multiplicador de empregos, já que, com os gastos dos residentes em estabelecimentos não ligados ao setor, também serão criadas novas oportunidades de emprego.

A maior parte dos empregos gerados para a realização do FICA exige pouca qualificação profissional, fato que possibilita a absorção de mão de obra local. Por outro lado, a remuneração paga é baixa e o caráter sazonal da atividade pode gerar flutuações no nível de empregos entre a alta e a baixa estação.

Sabe-se que a dimensão do multiplicador turístico varia de país para país e de região para região, segundo a natureza da base econômica existente. Em geral, quanto mais fraca for a base econômica, menos auto-suficiente será a região e uma parcela bem maior do gasto turístico se voltará para outras regiões, o que conduzirá a um multiplicador baixo. Tais multiplicadores de renda variam, consideravelmente, entre os âmbitos nacional, regional e local. Os multiplicadores nacionais costumam

ser mais alto que os calculados para as regiões e municípios, devido à base econômica maior e à menor quantidade de vazamentos.

Se a atividade turística for bancada pelo capital estrangeiro, na forma de financiamentos provenientes de organismos internacionais ou de investimentos por parte de empresas multinacionais, por exemplo, a renda da indústria local será transferida para o exterior, restando para a comunidade local o montante recolhido através de impostos e salários pagos, o que não tem muita representatividade em termos quantitativos.

Se, por outro lado, a atividade turística local for composta, majoritariamente, por empresas nacionais, a situação se reverte. Mesmo no segundo caso, experiências realizadas no México comprovam que a atividade turística demonstra pouca relevância para a economia regional, salvo em relação ao seu caráter de atração migratória, apuração de divisas e geração de empregos (NICOLAS & WOOG, 1991 apud RANGEL, 2000).

3.2 O FICA sob o olhar de Turistas e Moradores da Localidade

Na tentativa de melhor compreender como turistas e moradores percebem o Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (FICA) - com relação a planejamento, benefícios e impactos provenientes desse festival, infra-estrutura da cidade, educação ambiental - elaborou-se dois questionários, com perguntas objetivas, abertas e fechadas, direcionadas a sete entrevistados, sendo cinco turistas e dois moradores locais, conforme abaixo explícita.

**QUESTIONÁRIO SÓCIO-ECONÔMICO-AMBIENTAL
COM MORADORES DA CIDADE DE GOIÁS**

IDENTIFICAÇÃO

1. Sexo: () Masculino () Feminino
2. Estado Civil () Casado () Solteiro () Separado () viúvo (a)
3. Idade () 0 a 15 () 16-30 () 31-40 () 41 A 50 () 51 A 60 () 60 acima

ASPECTOS EDUCACIONAIS

4. Grau de instrução
() Analfabeto
Ensino médio: () completo () incompleto
Ensino fundamental: () completo () incompleto
Ensino Superior () completo () incompleto

ASPECTOS SOCIAIS E AMBIENTAIS

5. Você acredita que o planejamento do FICA envolve a preservação do meio ambiente?
() Sim () Não
6. A população local participa da elaboração deste planejamento?
() Sim () Não
7. O FICA é pensado para além do centro histórico?
_____.
8. Os impactos sócio-ambientais que você observa com a realização do evento são positivos ou negativos? Justifique.

9. Como se comportam os turistas durante o Festival?

10. Como é feita a coleta de lixo quando da realização do FICA?

11. Como você vê o Festival de Cinema e Vídeo Ambiental?

**QUESTIONÁRIO SÓCIO-ECONÔMICO-AMBIENTAL
AOS TURISTAS E MORADORES DA CIDADE DE GOIÁS**

IDENTIFICAÇÃO

1. Sexo: () Masculino () Feminino
2. Estado Civil () Casado () Solteiro () Separado () viúvo (a)
3. Idade () 0 a 15 () 16-30 () 31-40 () 41 A 50 () 51 A 60 () 60 acima
4. Você é morador da cidade de Goiás? Sim () Não ()

ASPECTOS EDUCACIONAIS

5. Grau de instrução
() Analfabeto
Ensino médio: () completo () incompleto
Ensino fundamental: () completo () incompleto
Curso Superior () completo () incompleto

ASPECTOS SOCIAIS E AMBIENTAIS

6. Você acredita que o planejamento do FICA envolve a preservação do meio ambiente?
() Sim () Não

7. A cidade de Goiás apresenta estrutura para receber turistas?

8. O que você considera de maior atratividade durante o evento?

9. Você recebe orientação sobre educação ambiental durante o Festival ? De que forma?

() Sim () Não

10. Quais impactos sócio-ambientais você observa com a realização do FICA?

11. Você acredita que o evento traz benefícios para a cidade?

() Sim () Não

12. Existe coleta de lixo durante o evento?

() Sim () Não

13. Como você avalia o contingente de pessoas no centro histórico, durante o Festival?

3.3 Análise de Dados

Identificação:

De acordo com esta pesquisa, dos sete entrevistados, cinco (71%) eram homens e dois (29%) mulheres. Quanto ao estado civil, apenas três eram casados, sendo três divorciados e um solteiro (Figura 19).

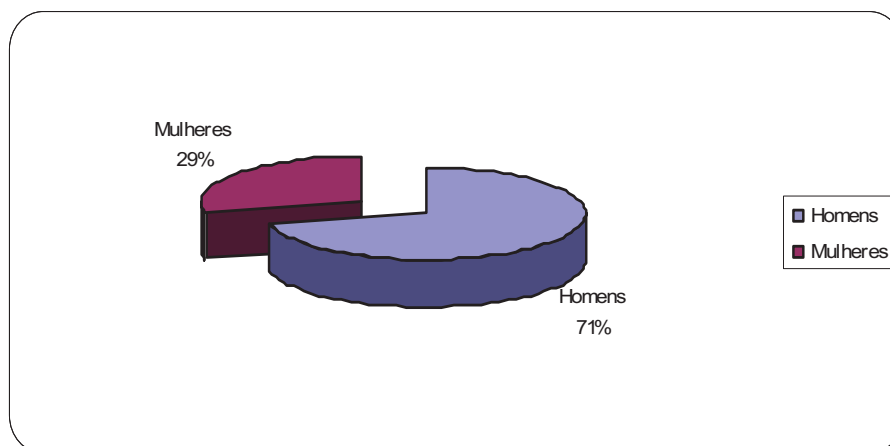


Figura 19 – Sexo e estado civil dos entrevistados.
Fonte: Mendonça, 2009.

Quanto à idade dos entrevistados, todos têm entre 27 e 44, sendo um entre 27 a 30 anos (14%), quatro entre 31 a 40 anos (57%), dois entre 41 a 44 anos (29%), conforme Figura 20:

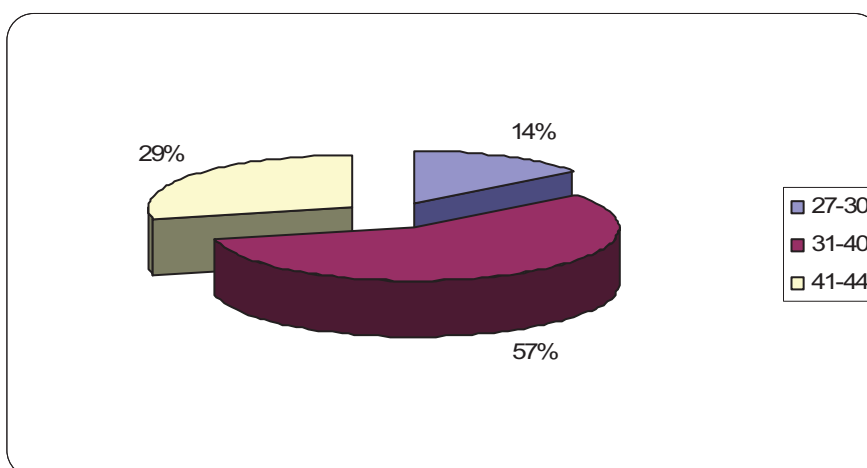


Figura 20 – Idade dos entrevistados.
Fonte: Mendonça, 2009.

Aspectos educacionais:

Em relação ao grau de instrução, dois (29%) possuem ensino médio completo e cinco (71%) possuem ensino superior (Figura 21).

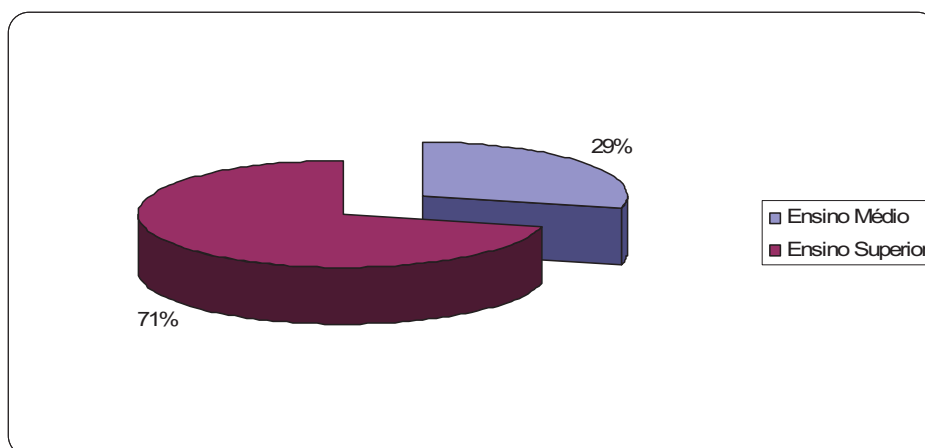


Figura 21 – Grau de Instrução dos entrevistados.

Fonte: Mendonça, 2009.

Aspectos sócio-ambientais:

Conforme a Figura 22, dos sete entrevistados sobre o quesito planejamento para a realização do FICA, levando-se em consideração a preservação do meio ambiente, quatro deles (57%) disseram acreditar que existe planejamento e o restante, três deles (43%), responderam não acreditar na existência de um planejamento.

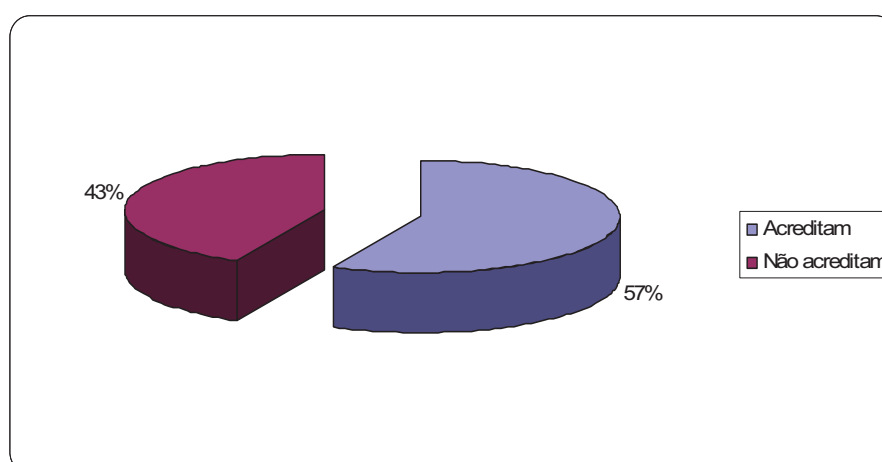


Figura 22 - Planejamento na a realização do FICA.

Fonte: Mendonça, 2009.

Quando questionados se a cidade apresentava uma estrutura adequada para receber turistas, quatro (57%) dos entrevistados responderam negativamente, três (43%) consideraram que a cidade possui estrutura para receber turistas, mesmo quando em grande número como ocorre na realização do FICA e de festas como a procissão do Fogaréu.

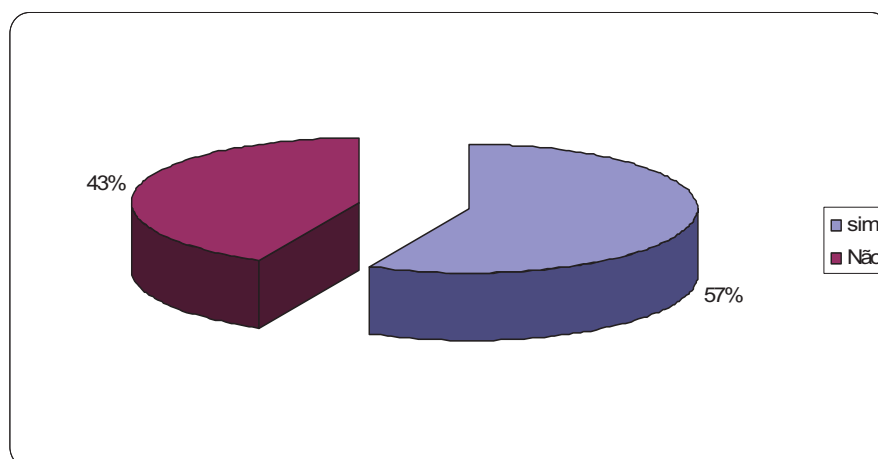


Figura 23 - Estrutura para receber os turistas.
Fonte: Mendonça, 2009.

Para 57% dos entrevistados, representando quatro deles, a maior atratividade do evento é representada pelos shows artísticos, os quais atraem o maior número de pessoas durante o festival. Contudo, o cinema, a questão ambiental e a conscientização sobre meio ambiente obtiveram uma resposta de cada 01 dos outros três entrevistados, com relação à atratividade para turistas e comunidades, representado 43% dos restantes.

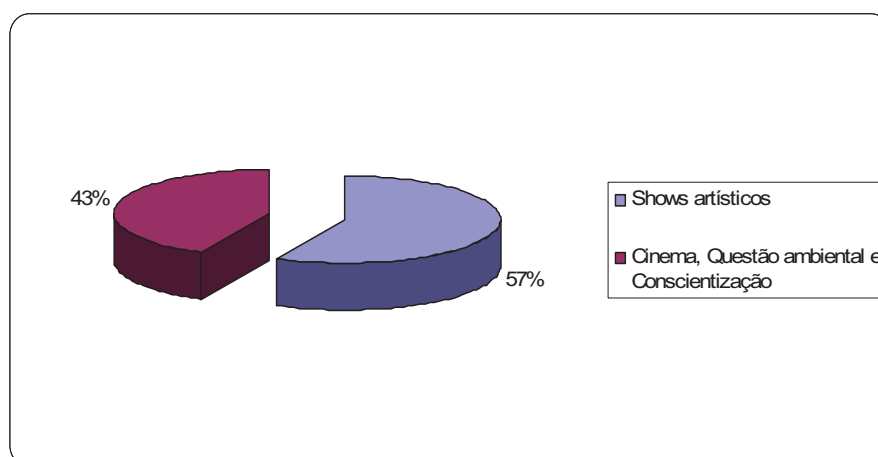


Figura 24 – Maior atratividade durante o evento.
Fonte: Mendonça, 2009.

Quando se fez aos entrevistados o questionamento se algum deles já havia recebido orientação sobre educação ambiental, quatro deles (57%) responderam que sim, e os outros três (43%) responderam não terem recebido tal orientação. Sobre o local em que teriam recebido tais orientações, um entrevistado afirmou ter recebido orientação através de fórum, um mediante a leitura de livros, um em curso teórico de direção e um respondeu ter recebido orientação a respeito de educação ambiental por meio do cinema e leitura de livros.

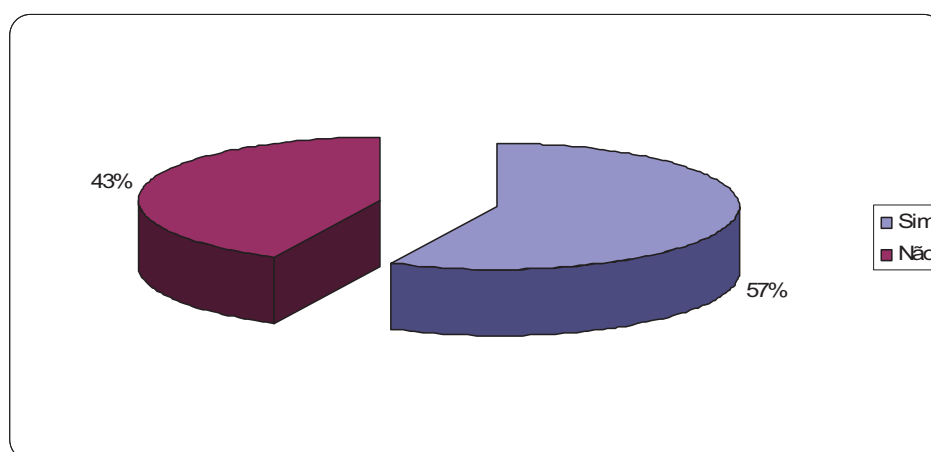


Figura 25 – Orientação sobre Educação Ambiental.
Fonte: Mendonça, 2009.

Sobre os impactos ambientais negativos advindos do festival, 40% dos entrevistados, dois deles acreditam que a poluição ambiental visual provocada pela distribuição de panfletos, resíduos de sobra dos alimentos e outros, seja o principal impacto negativo deixado pelo FICA; Por sua vez, dois dos entrevistados, totalizando 40%, crê ser o acúmulo de lixo o principal aspecto negativo do evento e, apenas um, representando 20%, acha que a estrutura física da cidade sofre durante o evento, em consequência da demanda de pessoal, shows e veículos.

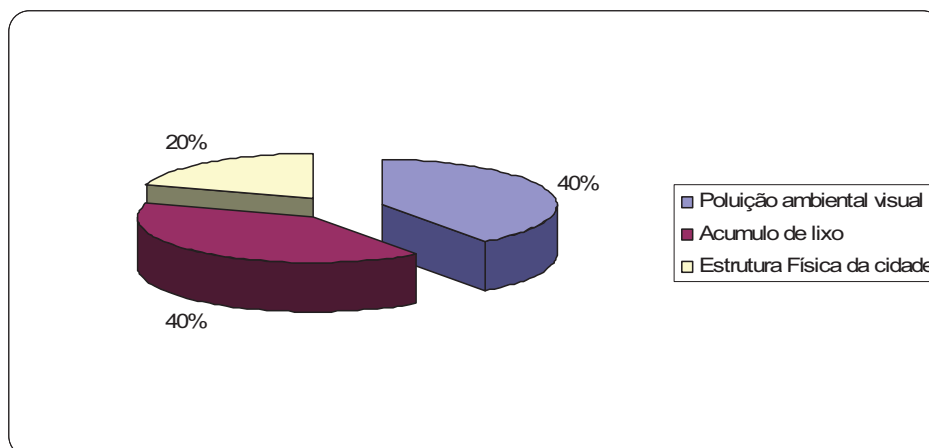


Figura 26 – Impactos negativos do Fica.
Fonte: Mendonça, 2009.

Quanto aos benefícios do Festival para a cidade, dos sete entrevistados, 86% seis acreditam que o evento traz benefícios para a cidade, como geração de emprego e renda, e apenas um que equivale a 14% não acredita que o festival traga algum benefício para o município.

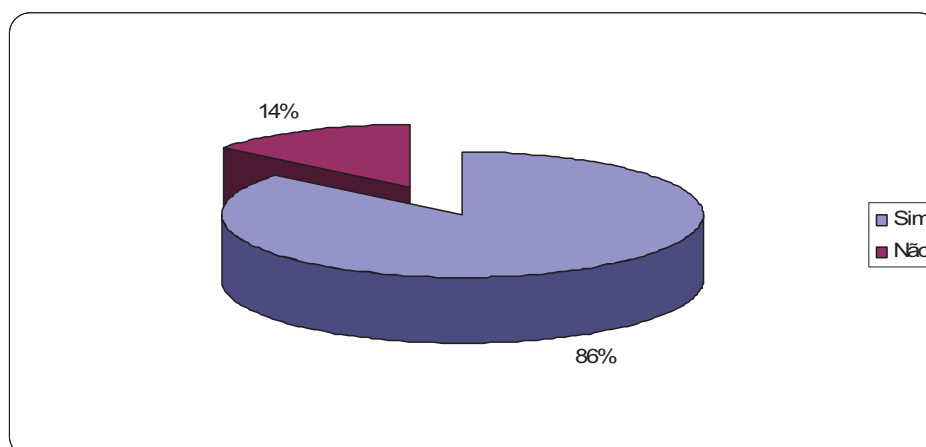


Figura 27 – Benefícios do Festival para a Cidade.
Fonte: Mendonça, 2009.

Quanto à coleta de lixo na cidade de Goiás durante a realização do evento, seis dos entrevistados (86%) responderam que a coleta parece ocorrer normalmente, enquanto um dos entrevistados (14%) respondeu que durante o festival não se processa normalmente a coleta de lixo, razão para o acúmulo de lixo nas ruas, praças e afins.

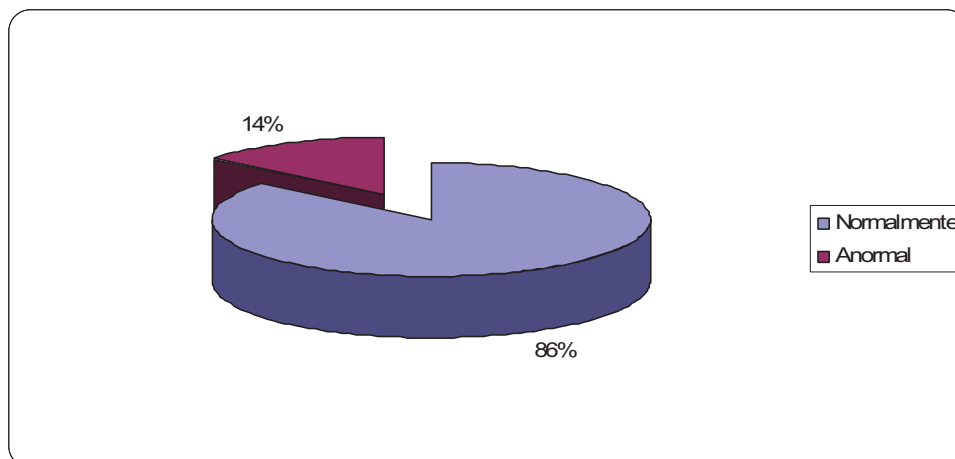


Figura 28 - Coleta de lixo durante o FICA.

Fonte: Mendonça, 2009.

Do total de sete entrevistados, cinco deles (71%) são turistas e dois (29%) são moradores da cidade, um fato observado nesse estudo, que demonstra pouca participação da comunidade no festival, pois é mais fácil encontrar turistas para processar a entrevista do que morador local.

Ademais, para uma análise de dados transparente e melhor fundamentada desta pesquisa, um total de 15 moradores da Cidade de Goiás participaram de entrevista, conforme questionário direcionado a moradores. O questionário busca analisar se a comunidade que acredita haver planejamento do Festival que leve em conta a preservação ambiental, bem como verificar se existe participação da comunidade local na elaboração do planejamento do evento e se há participação direta da mesma, na realização do festival, precisamente.

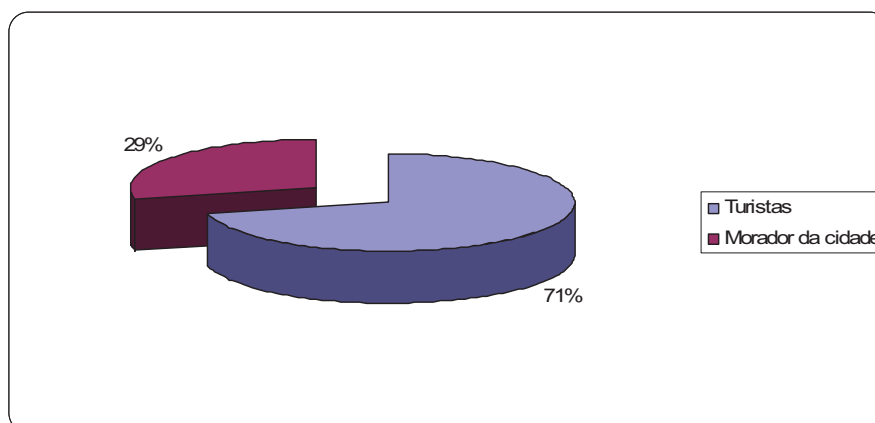


Figura 29 – Moradores da Cidade de Goiás.

Fonte: Mendonça, 2009.

Dos 15 moradores entrevistados, quando questionados se acreditavam haver um planejamento para o FICA fundamentado na preservação do meio ambiente 60% nove deles acreditam que sim, enquanto 40% seis não acreditam haver um planejamento adequado para a realização do evento.

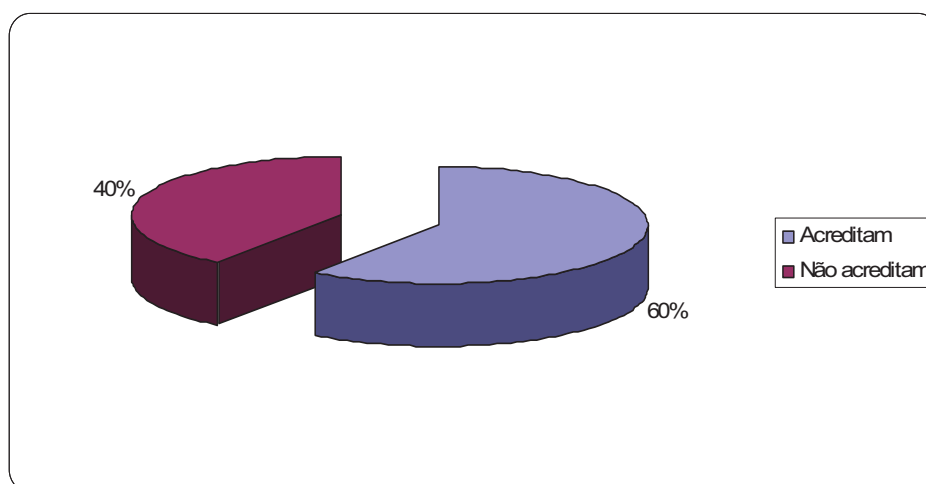


Figura 30 – Planejamento e preservação do Meio-Ambiente.
Fonte: Mendonça, 2009.

Quando foram questionados sobre a participação da comunidade local na elaboração do planejamento do festival, 80% dos entrevistados 12 responderam não haver participação da população; 13% (02) responderam que poucas pessoas participam do planejamento do festival; apenas um entrevistado (7%) afirmou que a população participa dessa elaboração.

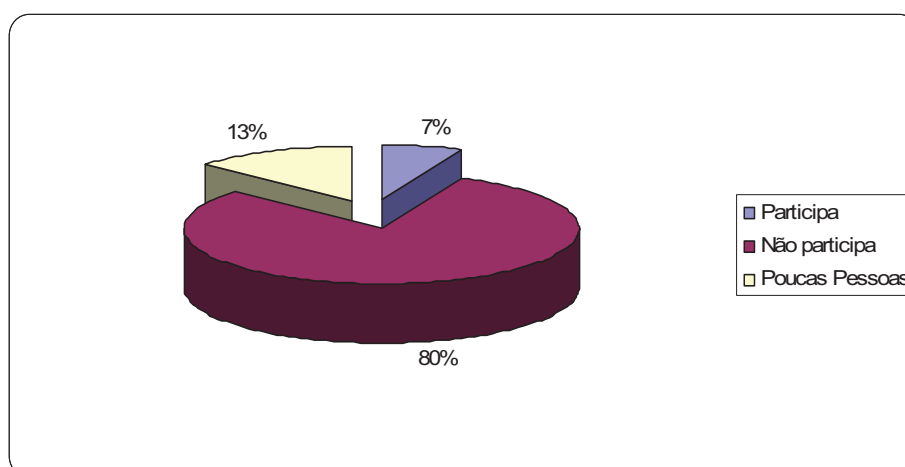
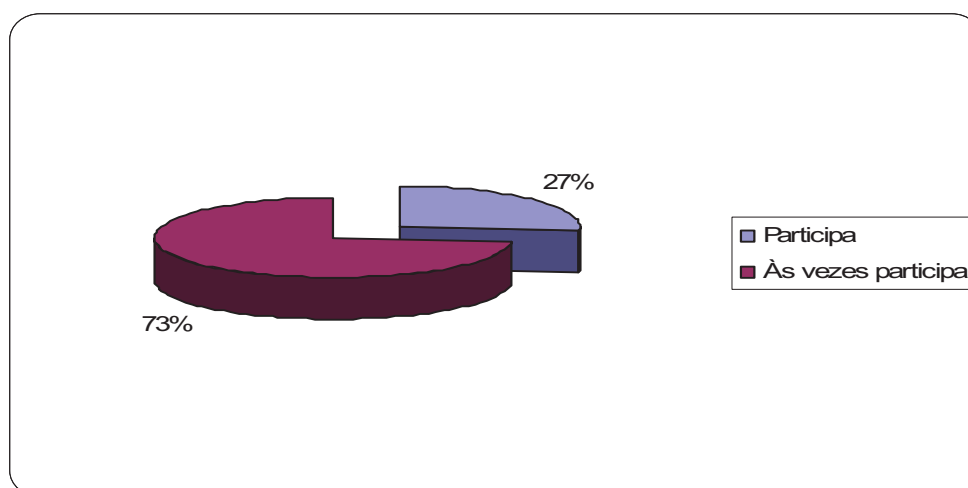


Figura 31 – Participação local no Planejamento do FICA.
Fonte: Mendonça, 2009.

De acordo com a pesquisa realizada, quatro entrevistados - o equivalente a 27% - disseram que a população não participa e 11 entrevistados - o equivalente a 73% - responderam que, às vezes, há a participação da comunidade na montagem de shows.

Figura 32 – Participação local na realização do FICA.

Fonte: Mendonça, 2009.



Quando questionados em relação aos impactos sócioambientais observados com a realização do FICA - se positivos ou negativos - dos 15 moradores entrevistados, oito deles 53% foram unânimes em afirmar que o festival dinamiza a economia local, pois favorece a criação de empregos temporários, divulga a cidade etc. No entanto, sete dos entrevistados 47%, enfatizaram que o FICA também traz impactos negativos, sendo o aumento do lixo e da criminalidade os fatores mais criticados.

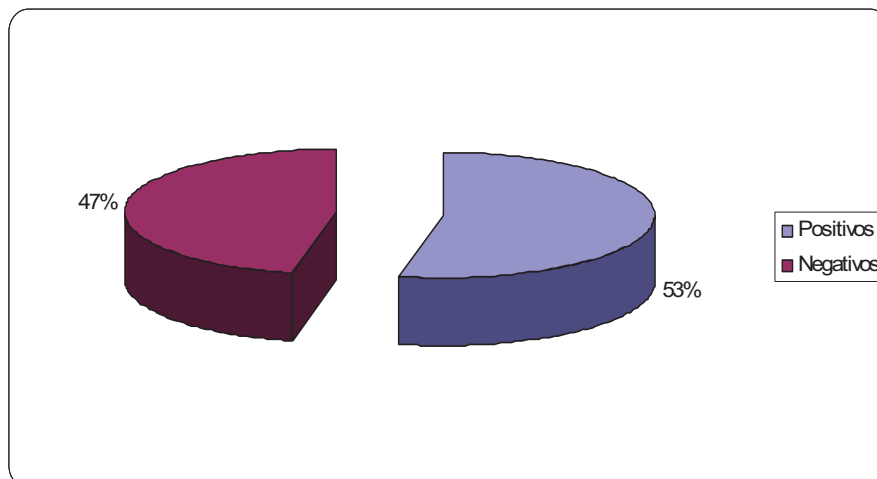


Figura 33 – Impactos socioambientais na realização do FICA.
Fonte: Mendonça, 2009.

Em relação ao comportamento dos turistas no lugar, durante o FICA, dentre os 15 moradores entrevistados, 11 deles 73% relataram ser bom o comportamento do turista em relação à preservação, embora tenham salientado que grande parte dos turistas vão ao festival apenas para participar dos shows. Contudo, quatro dos entrevistados 27% relatam não ser positivo de modo algum o comportamento dos turistas, uma vez que “a maioria vem à cidade não para participar do evento, mas para a ‘badernação’, efetuar a venda de drogas e depredar a cidade, sem nenhum senso de preservação”.

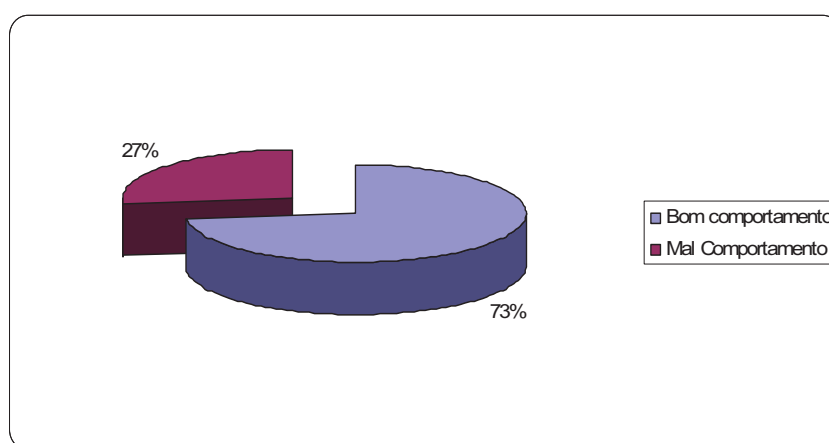


Figura 34 – Comportamento dos turistas.
Fonte: Mendonça, 2009.

Outrossim, dos 15 moradores entrevistados - mediante a afirmativa de que o lixo é um dos principais problemas advindos do FICA - quando questionados quanto à forma como é feita a coleta de lixo durante o evento, 10 dos entrevistados, isto é 67% dos moradores ressaltaram que durante a realização do festival funciona um projeto “FICA LIMPO”, que mantém o centro histórico impecável, embora ignore a

periferia da cidade. Apesar de cinco (33%) dos moradores reconhecerem a existência desse projeto, garantem que o mesmo só funciona no período do evento e apenas no centro da cidade.

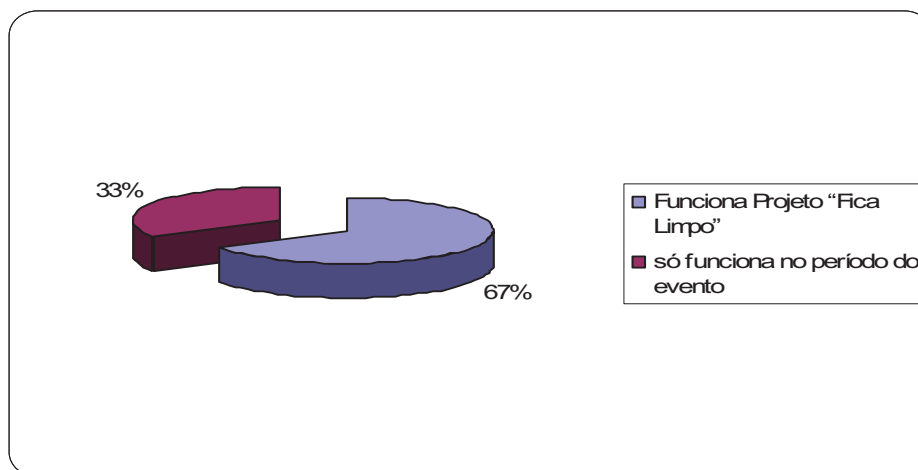


Figura 35 – Funcionamento da Coleta de Lixo durante o Fica.
Fonte: Mendonça, 2009.

Quando questionados quanto à visão que têm sobre o Festival de Cinema e Vídeo Ambiental, dez dos moradores (67%) responderam ser muito bom para a cidade de Goiás receber pessoas de todo o Brasil e de vários países, em especial, quando se trata da saúde ambiental do planeta. No entanto, estes mesmos entrevistados destacaram que em função da pouca participação da comunidade no evento, o mesmo não traz os benefícios de conscientização ambiental a que se propõe. Ademais, dois dos entrevistados (13%) defenderam ser o festival ruim por ser um chamativo para 'farras' e três deles (20%), consideraram-no um evento mediano, uma vez que deve trazer a prática, em relação à preservação, e não apenas teoria, pois o mesmo tem ignorado a população local.

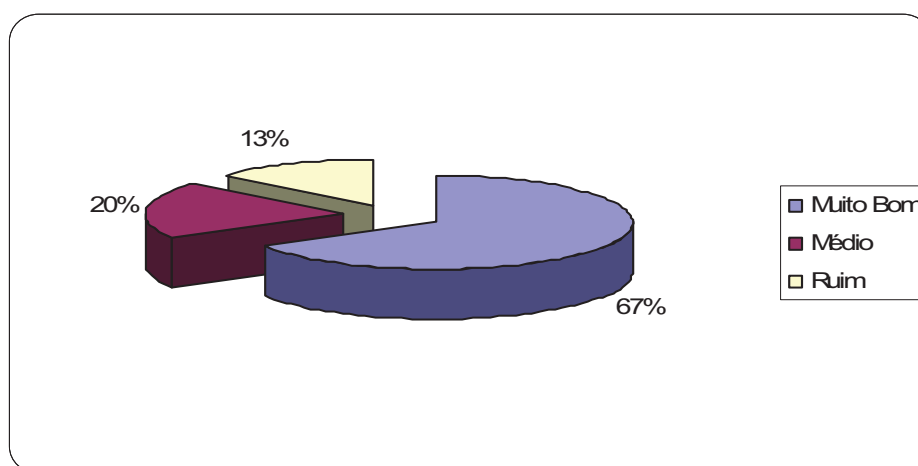


Figura 36 – Conscientização ambiental.
Fonte: Mendonça, 2009.

4. Considerações Finais

Os impactos sócio-ambientais, provavelmente, seja um dos mais graves problemas enfrentado pela sociedade moderna. Embora se verifique a existência de políticas de preservação ambiental, constata-se que as mesmas não são aplicadas como deveriam ser, quando não totalmente ignoradas. Esse fato demonstra a necessidade desse assunto ser tratado com seriedade pelo governo e por toda a sociedade, e nesse contexto, é preciso que se tenha como norteadora a educação ambiental, pois ela incentiva o cidadão a se envolver e desenvolver práticas de preservação, em seus diferentes contextos.

Nessa perspectiva, um aspecto despertou interesse para a realização desta pesquisa: A realização do Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental e seus impactos na comunidade local. O FICA é um evento importante, realizado em uma cidade histórica que exala exuberância não apenas pela beleza natural que a envolve, mas, sobretudo, pela riqueza de seu patrimônio histórico cultural, que por seu valor recebeu a certificação de Patrimônio Cultural da Humanidade.

Devido a tais atributos, a cidade de Goiás recebe turistas de várias nacionalidades. Alguns por lazer, outros para analisar sua cultura e refletir sobre questões ambientais. Logo, o município foi escolhido para abrigar um dos festivais internacionais, se não o mais importante, considerado de fundamental necessidade para se refletir sobre o futuro da cultura, do meio ambiente e das presentes e futuras gerações – o FICA.

Contudo, apesar de toda problemática que esse festival encerra e possíveis contribuições que o mesmo traz às sociedades nele representadas, verifica-se que durante sua realização o município passa por um processo de crescimento de fluxo turístico muito preocupante, uma vez que atrai, pela temática abordada e a veiculação de shows artísticos em sua programação, uma demanda considerável de pessoas, e considerando-se a ausência de um planejamento adequado para abarcar esse contingente humano, presume-se que a capacidade de suporte do centro histórico venha sofrer impactos futuros, em consequência desta aglomeração.

Logo, primando por tecer uma análise sobre o desenvolvimento da Cidade de Goiás e dos impactos positivos e negativos que o FICA traz ao centro histórico e à comunidade local, essa pesquisa buscou - na tentativa de compreender a

representação desse evento sob o olhar dessa mesma comunidade – tecer uma análise sobre as respostas de um questionário direcionado a dois moradores e sete turistas, bem como mesclar - nesta mesma conclusão - a amostragem de questionário também direcionado a 15 moradores não participantes do FICA, e sob o olhar dos mesmos sintetiza as seguintes conclusões:

- 1) Para a comunidade entrevistada, o FICA é um evento que promove nacional e internacionalmente a cidade de Goiás, pois traz uma abordagem de interesse geral comum, aliando turismo, desenvolvimento e a discussão em torno de um dos problemas mais sérios já enfrentado pela humanidade - o desrespeito ao meio ambiente.
- 2) Na elaboração do planejamento do festival, inserido em um contexto histórico e cultural de uma cidade antiga, onde se mesclam histórias de vida e culturais, de acordo com os 15 entrevistados do projeto, moradores da cidade, apenas um afirmou a participação da comunidade na elaboração do projeto. O que configura para alguns que o evento encerra, prioritariamente, apenas interesses políticos e individuais, além de grande indiferença para com a comunidade receptora.
- 3) Além disso, 40% dos entrevistados acreditam ser inadequado o planejamento do FICA, uma vez que não há critérios definidos para se preservar o meio ambiente, justificado na própria ignorância da população quanto da necessidade de realização deste evento, bem como de sua participação no mesmo.

A esse respeito Meneses (2004, p. 13) afirma que é possível "pensar em um planejamento diferente, em uma percepção mais acurada, onde o bem histórico-cultural possa ter tratamento de construção histórica dinâmica e em andamento e possa propiciar inclusão identitária e social de quem participa ativamente dessa dinâmica".

- 4) Segundo os entrevistados, não existe uma divulgação precisa e esclarecedora do evento na cidade de Goiás, tanto que pouquíssimos moradores participam do mesmo, fato comprovado nesse trabalho quando se precisou procurar entrevistados inscritos no evento, e dos sete encontrados, apenas dois eram moradores locais. Em sua maioria, a comunidade local

participa apenas dos shows turísticos, geralmente realizados à noite, na praça.

- 5) Ainda a esse respeito vale ressaltar que a exploração da atividade turística - formada por diversificado conjunto de atividades econômicas e sociais - exige a participação ampla da população local. Conforme Soares (2001, p.38) “[...] é a comunidade residente que aponta os valores da terra, seus atrativos, seus costumes, suas festas comemorativas, enfim, o orgulho de estar enraizado em sua terra”.
- 6) Observa-se ainda que no município, apesar de todos os investimentos que a cidade vem recebendo no sentido da preservação do patrimônio em infraestrutura e equipamentos turísticos, o fluxo de turistas na cidade não atende às expectativas dos empresários locais, com exceção das altas temporadas que compreende feriados e eventos como a semana santa, o carnaval, o FICA e o Festival Gastronômico.
- 7) Ainda em relação aos turistas, a comunidade local considera que os mesmos trazem benefícios à cidade, pois promovem renda mediante hospedagens, aluguéis de casas, empregos temporários, alimentação e compras de produtos artesanais no comércio local.
- 8) Em relação ao FICA, embora se perceba interesse de alguns turistas pelas reflexões promovidas, segundo os entrevistados moradores, grande parte dos visitantes vêm em busca de lazer, farras e diversão, o que pode incitá-los a depredar o centro histórico da cidade.
- 9) Em relação à infra-estrutura e coleta de lixo, segundo os entrevistados, em época de festival tudo funciona muito bem, pois a existência do projeto “Fica Limpa” promove a contratação de diversos voluntários para fiscalizar e apanhar o lixo. No entanto, quando o evento termina, os problemas voltam.
- 10) Os entrevistados que residem no município frisam ainda que a periferia no contexto do evento parece não existir. Somente a partir de 2008 mostras de cinema foram transmitidas em alguns bairros, a fim de demonstrar o que é o FICA, buscando incentivar a participação da comunidade participante. Constatou-se que ainda não há um trabalho de incentivo à participação do festival nas Escolas.
- 11) Logo, na visão dos moradores predomina o ideário que o Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental necessita sair da teoria, pois trabalhar a

conscientização ambiental sem envolver os principais agentes - no caso em questão, os moradores locais - configura uma utopia. Embora conscientes da importância do FICA para a análise de problemas ambientais, observa-se que a comunidade vê a importância do evento, positivamente, apenas na dinamização da economia, pois sua ocorrência promove emprego e renda, quando na realidade, embora dentro da proposta do festival se sinalize esse aspecto, ele não é prioritário.

Diante disso, essa pesquisa constata que a percepção humana das ocorrências de impactos, no desenvolvimento das cidades, é analisada e perceptível pelas pessoas que nela residem, embora nem participem diretamente do mesmo. Perceber e entender os elementos do sistema turístico e a imagem de uma cidade turística é de suma importância quando se pretende diagnosticar os impactos gerados por uma atividade em uma dada localidade. Acredita-se que na imagem percebida pela comunidade local pode estar a verdadeira essência de seu desenvolvimento.

Logo, esta pesquisa avalia que embora o FICA discuta as questões ambientais e conseqüentemente o turismo sustentável, existe a necessidade de melhoramento e remanejamento no planejamento do evento, que deve ser veiculado ao ato de reforçar a consciência dos participantes para uma melhor relação homem/natureza. Também em sua programação, o festival poderia evitar sobrecarregar determinados locais com grande contingente de pessoas, a fim de preservar o centro histórico.

Ademais, devido à ausência de uma infra-estrutura adequada, a realização do evento traz outros problemas como poluição, excesso de demanda no centro histórico e outros fatores que se interligam a estes e que geram impactos negativos tanto para os recursos naturais quanto para a comunidade local.

Nota-se que turistas e, especialmente, moradores da cidade de Goiás entendem que o turismo na cidade traz benefícios à comunidade e ao seu legado histórico e cultural, porém há de ser um turismo sustentável que represente um novo direcionamento da atividade turística. O que representa grande desafio para os órgãos responsáveis pela preservação ambiental e pela realização do Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental, uma vez que uma economia sustentável é aquela em que a base dos recursos é mantida intacta ao longo de gerações.

Conforme Page (1991), a capacidade de assimilação ambiental, oriunda das

diversificadas fontes de recursos devem ser direcionados de forma a minimizar os desperdícios e a exaustão destes recursos, seja através do avanço tecnológico ou de qualquer outro instrumento preservacionista, exigindo que se tenha o controle dos três principais tipos de problemas ambientais, que compreendem a exaustão, a poluição e o congestionamento.

Compreende-se que o turismo tem se caracterizado por um tipo de serviço à disposição dos homens da sociedade industrial moderna, contribuindo de maneira significativa para o desenvolvimento, tornando-se indispensável para as atividades econômicas do século XXI. Portanto, urge que se faça estudos mais profundos da atividade turística como um todo e, em especial, na cidade de Goiás.

Essa necessidade se faz valer mediante a defesa de que o turismo deve ser integrado e participativo na localidade em que acontece e todo o processo de planejamento da atividade turística deve considerar, prioritariamente, o fato de que o turismo envolve pessoas, e quando se relaciona turismo, desenvolvimento sustentável local e meio ambiente surge a necessidade de se repensar critérios e atitudes, pois a preservação de bens culturais de uma sociedade é a sua garantia social, uma vez que configura produtos e testemunhos das ações e relações dos homens consigo mesmos e com o meio natural, bem como o uso dos espaços, dos significados e das representações, tão fundamentais à identidade e memória.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGÊNCIA GOIANA DE TURISMO – AGETUR. **Cidade de Goiás**. Disponível em< <http://www.agetur.go.gov.br>. Acessado em Agosto e Setembro de 2009.
- AGÊNCIA GOIANA DE TURISMO - AGETUR. **Turismo em Dados**. Goiânia, 2003.
- AGEPEL – **Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira Palácio Pedro Ludovico Teixeira**. Goiânia. Disponível em: www.agepel.go.gov.br. Acessado em agosto de 2009.
- ANSARAH, M.G.R. (org.). **Teoria geral do turismo**. In: Turismo, como aprender, como ensinar. 2. ed. São Paulo: SENAC, 2001.
- ANSARAH, Marília Gomes dos Reis. **Tempo Livre e as Atividades de Lazer, Turismo em Análise**. São Paulo, v.1, n.2, p. 85-94, nov. 1990.
- ANTONIL, A. J. **Cultura e opulência do Brasil**. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1982.
- ARENDIT, Ednílson José. **Introdução à economia do turismo**. 2ª. ed. Campinas, SP: Alínea, 2000.
- ARRILAGA, José Ignacio de. **Introdução ao Estudo do Turismo**. Rio de Janeiro: Fundação Integrada Estácio de Sá, 1976.
- BISSOLI, A.; MARQUES, M. A. **Planejamento Turístico municipal com suporte em sistemas de informação**. São Paulo: Futura, 2002.
- CANO, Wilson. **Raízes de concentração industrial em São Paulo**. São Paulo, Difel, 1977.
- CHAIM, Marivone Matos. **Sociedade Colonial: Goiás 1749-1822**. 2.ed. Goiânia: Secretaria de Cultura de Goiás, 1987.
- COELHO, Gustavo Neiva. **Guia dos bens imóveis tombados em Goiás**. Goiânia: Instituto de Arquitetos do Brasil, 1999.
- CUNHA, Licínio. **Economia e política do turismo**. Portugal: Mc Graw Hill, 1997.
- DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. São Paulo: Futura, 1998.
- DIÁRIO DA MANHA. Edição 8006. Disponível em< <http://site.dm.com.br/>. Acessado em agosto 2009.
- DIÁRIO VILABOENSE. Disponível em: <http://diariovilaboense.com.br/index/>. Acessado em agosto de 2009.
- DIAS, Reinaldo. **Turismo sustentável e meio ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003.
- ESTEVAM, Luís. **O Tempo da transformação - estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás**. Goiânia: Editora do Autor, 2004.
- FERREIRA DE SALLES G. V. **Economia e escravidão em Goiás Colonial**. Coleção Teses Univ., nº 28, Goiânia: Ed. UFG, 1983.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2a. ed. Rev. Ampl. Rio de Janeiro:

Editora UFRJ; MinC-IPHAN, 2005, p.172 e 185.

FUZZI, Ludmila Pena. Patrimônio histórico: estudando a memória do coletivo. 2008. Disponível em <www.valedoparaiba.com/terragente/.../Ludimila%20Artigos.doc>. Acesso em 2009.

GASTAL, M. L. Os instrumentos para a conservação da biodiversidade. In: Bensunsan, N. (org.). **Seria melhor mandar ladrilhar?** Biodiversidade como, para que, por quê. Ed. UNB, Brasília. 2002.

GOMES, Modesto. **Estudos de história de Goiás**. Goiânia: Gráfica do Livro Goiano. 1974.

GRUPO NATIVA. **Inventário da Cidade de Goiás**. Goiânia, 2000.

IBGE - **Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística**. Censo. Disponível em www.ibge.gov.br. Acessado em agosto de 2009.

INSTITUTO DE HOSPITALIDADE – IH. **Norma Nacional para Meios de hospedagem - requisitos para a sustentabilidade**. NHI-54:2004. Salvador, 2004.

KEYNES, John Maynard. **Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro**. Portugal: Fundo de Cultura, 1964, 365 p.

KOTLER, Philip. **Marketing para o século XXI**. São Paulo: Futura, 2000. LAS CASAS, Alexandre Luzzi. **Marketing**. São Paulo: Atlas, 1995.

LAGE, Beatriz Helena G; MILONE, P. C. **Impactos Socioeconômicos do Turismo**. In. Turismo/ Teoria e prática. Editora Atlas: São Paulo, 1999.

LINDEMBERG, K.; McCOOL, S.; STANKEY G. **Rethinking Carrying Capacity**. Annals of Tourism. V.24, p.461-65, Apr,1997.

MAGALHÃES, C. F. **Diretrizes para o turismo sustentável em municípios**. São Paulo: Roca, 2002.

MATHIESON, A & WALL, G. **Turismo: Repercusiones Economicas, Físicas y Sociales**. México: Trillas, 1990, 278 p.

MENESES, José Newton Coelho. **História & Turismo Cultural**. Belo Horizonte:Autêntica, 2004.

MONTEIRO, Angélica Guaraciara B. L. **Biodiversidade: a segurança da Terra Viva**. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1999.

MONTEIRO, Ofélia Socrates do Nascimento. **Goiaz Coração do Brasil**. Brasília: Senado Federal Centro Gráfico, 1983.

MOTTA, Lia. **Cidades mineiras e o IPHAN**. In: CIDADE: história e desafios. OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.) Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002, p. 124-139.

MURTA, Stela Maris et tal. **Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

OLIVEIRA. Fernando Vicente. **Capacidade de carga nas cidades históricas**. Campinas. Papirus, 2003.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE-OMT. Guia de desenvolvimento do turismo sustentável. Porto Alegre: Bookman, 2003.

PAGE, T. **Sustainability and the problem of valuation**. In: CONSTANZA, R. (Ed.)

Ecological economics: the management of sustainability. New York: Columbia University Press, Cap.5. 1991.

PALACIN, Luís. **Goiás 1722-1822**. 2ª ed. Goiânia. Oriente. 1976.

PALACIN, Luís. **O século do ouro em Goiás. 1722-1822: estrutura e conjuntura numa capitania de minas**. Goiânia: ed. UCG, 1979.

POSSAMAI, Paulo. **A Vida Quotidiana na Colônia do Sacramento**. São Paulo. Brasiliense. 2000.

RABELO, F. B. **(Re) inventando o turismo na Cidade de Goiás sob o olhar de Cora Coralina**. Projeto de Gestão de Mestrado Profissionalizante em Gestão do Patrimônio Cultural. Área de Concentração: Antropologia. Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2006.

RANGEL, Sheila. **A contribuição do turismo para o desenvolvimento de pequenas localidades**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina. 2000.

RODRIGUES, José Roberto Gomes. **O ensino de história da educação brasileira nos Cursos de pedagogia de belo horizonte: tendências e perspectivas**. Belo Horizonte: Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Maria de Lourdes Rocha de Lima. 2002.

RODRIGUES, Marly. **De quem é o patrimônio? Um olhar sobre a prática preservacionista em São Paulo**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasil, Rio de Janeiro: MINC/SPHAN, nº 24, p. 195-203. 1996.

RODRIGUEZ, M. A.; J. E. RICART; P. SANCHEZ. Sustainable development and Sustainability of competitive advantage: a dynamic and sustainable view of the firm. Creativity & Innovation Management. 2002.

RUSCHAMNN, D. M. **O planejamento do turismo e a proteção do meio ambiente**. São Paulo. Tese de Doutorado. 267p. - Escola de comunicação e Artes. Universidade de São Paulo. 1994.

RUSCHEINSKY, A. **Educação ambiental: abordagens múltiplas**. Artmed. Porto Alegre, 2002.

RUSCHMANN, Doris Van de Meene. **Turismo e planejamento sustentável: A proteção do meio ambiente**. Campinas, SP: Papirus, 1997.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem a província de Goiás**. Rio de Janeiro: Itatiaia Editora, 1975.

SARTOR, Lourdes Fellini. **Introdução ao Turismo**. Universidade de Caxias do Sul. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1997. 89 p.

SERSOCIMA, Eliana. **Laços solidários nas comunidades rurais do município de Goiás (1900-1994)**. Dissertação apresentada ao programa de mestrado em História das Sociedades Agrárias da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, UFGO, 1995.

SOARES, Geísa Martins. **Diagnóstico do potencial turístico do município de Rio Pomba sob o olhar da população local**. Monografia de Conclusão de Curso - Graduação em Turismo – Faculdade de Turismo de Santos Dumont, MG. 2001.

SOARES, Geísa Martins. **Os Impactos do Turismo em Cidades Históricas –**

Estudo de Caso Tiradentes MG. IV SeminTUR – Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL. Universidade de Caxias do Sul – Mestrado em Turismo. Caxias do Sul, RS, Brasil – 7 e 8 de Julho de 2006.

SWARBROOKE, John. **Turismo Sustentável: conceitos e impacto ambiental.** São Paulo: Aleph, 2000. 140 p.

TEDESCO, Gislaine Valerio de Lima. **Do Lado de Lá e do Lado de Cá de Vila Boa de Goiás: Fronteiras Culturais e Espaciais entre negros e brancos no século XIX.** 4º. Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Curitiba. 2009.

VIA GOIÁS. **X Fica movimentada a cidade de Goiás.** 2009. Disponível em< <http://www.goias.gov.br/index.php?idMateria=44297>. Acesso em 2009.

WAHAB, Salah-Eldin Abdel. **Introdução à administração do turismo: alguns aspectos estruturais e operacionais do turismo internacional, teoria e prática.** São Paulo: Pioneira. 1977.